



**UFOP**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - UFOP**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ICASA**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - DESSO**

**A ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA EM TEMPO DE RADICALIZAÇÃO DA  
POLÍTICA NEOLIBERAL**

**TARLON CARLOS FERREIRA DE ALMEIDA**

**Mariana, MG**

**2022**

**TARLON CARLOS FERREIRA DE ALMEIDA**

**A ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA EM TEMPO DE RADICALIZAÇÃO DA  
POLÍTICA NEOLIBERAL**

Trabalho de conclusão de curso (TCC)  
apresentado ao curso de Serviço Social  
da Universidade Federal de Ouro Preto  
(UFOP), como requisito parcial à  
obtenção de título em bacharel em  
Serviço Social

Área de concentração: Ciências Sociais

Orientador: Prof. dr. Roberto Coelho do  
Carmo

**Mariana- MG  
2022**

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

A447a Almeida, Tarlon Carlos Ferreira De.  
A Assistência social brasileira em tempo de radicalização da política neoliberal. [manuscrito] / Tarlon Carlos Ferreira De Almeida. - 2022.  
64 f.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Coelho do Carmo.  
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.  
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Assistência social - Brasil. 2. Neoliberalismo - Brasil. 3. Serviço social - Brasil. I. Carmo, Roberto Coelho do. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 364.65(81)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa-Bibliotecário Coordenador  
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Tarlon Carlos Ferreira de Almeida**

***A Assistência Social brasileira em tempo de radicalização da política neoliberal***

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 15 de junho de 2022

### Membros da banca

Dr. Roberto Coelho do Carmo - Orientador(a) - Universidade Federal de Ouro Preto  
M.e Ricardo Leão Ribeiro Wanzeller - Instituto Benjamin Constant  
M.e Rafael Santiago Mendes - Universidade Federal de Ouro Preto

Roberto Coelho do Carmo, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 22/08/2022



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Coelho do Carmo, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 22/08/2022, às 09:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0384698** e o código CRC **FC7A05A4**.

“Se as coisas são inatingíveis... ora!  
não é motivo para não querê-las.  
Que tristes os caminhos, se não fora  
a mágica presença das estrelas!”

**Mario Quintana**

Dedico essa pesquisa ao conjunto da classe trabalhadora, a minha filha Nicolly, aos familiares, amigos que me acompanharam nessa trajetória me incentivando a nunca desistir, em memória a minha querida avó Marta e avô Romão que emanam boas energias nos momentos difíceis.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a toda espiritualidade que me deu forças, sabedoria e direcionamentos que possibilitaram este ciclo de formação. Aos meus familiares que mesmo distante, se fizeram presentes me incentivando a continuar trilhando e acreditando na educação como possibilidade de transformação da minha vida pessoal e profissional. Aos meus avós, minha querida Marta e Romão que mesmo não estando presente neste plano, nunca deixaram de se fazer presente em minha memória e no meu coração; gratidão eterna pelos ensinamentos e amor. Aos meus amigos pela cumplicidade, escuta e conselhos; vocês foram essenciais para tornar leve essa trajetória. A UFOP, pelo ensino público e de qualidade, e pelos programas de assistência estudantil a que tive acesso; bolsa permanência, moradia e alimentação, sem esses direitos não seria possível chegar até aqui. A todos (as) professores do curso de Serviço Social que possibilitaram conhecimentos valiosos—que bom que vocês existem; em especial ao meu orientador Roberto, pelos direcionamentos que possibilitou realizar este estudo, pelas conversas que confortaram em momentos difíceis e muito contribuíram para meu esforço e dedicação. Aos membros da banca de defesa deste TCC, Rafael e Ricardo pelas contribuições. E o agradecimento final vai a nós classe trabalhadora, que juntos continuemos na luta pela defesa da educação pública e dos direitos sociais.

## **RESUMO**

O presente trabalho de conclusão de curso propõe, substancialmente contribuir acerca do estudo da temática dos desafios para efetivação da política de Assistência Social na sociabilidade capitalista. Pretende-se explanar e refletir os impactos da reestruturação produtiva do capitalismo sobre o conjunto das classes trabalhadoras e da ofensiva de princípios neoliberal e ultraneoliberal dos dias atuais na política de Assistência Social brasileira. Consideramos como temporalidade a trajetória de construção e implementação da Política de Assistência Social na CF 88, até os dias atuais. A metodologia utilizada é pesquisa bibliográfica e de dados de Institutos de pesquisa, revistas, periódicos, mídias e jornais, que possibilita refletir acerca da Assistência Social na sua dinâmica de totalidade, determinada pelo modo de produção e reprodução capitalista, assim como das políticas em curso para o enfrentamento das expressões da questão social.

**PALAVRAS-CHAVES:** Neoliberalismo, Questão Social, Assistência Social.

## **ABSTRACT**

The present end-of-course paper proposes to contribute substantially to the study of the theme of the challenges to the effectiveness of Social Assistance policy in capitalist sociability. It intends to explain and reflect on the impacts of the productive restructuring of capitalism on the working classes as a whole and on the current neo-liberal and ultra-liberal offensive on Brazilian Social Assistance policy. We consider as temporality the trajectory of construction and implementation of the Social Assistance Policy in the CF 88, up to the present day. The methodology used is bibliographical research and data from research institutes, magazines, journals, periodicals, media and newspapers, which makes it possible to reflect on Social Assistance in its dynamic totality, determined by the mode of production and capitalist reproduction, as well as on the policies underway to confront the expressions of the social question.

**KEY WORDS:** Neoliberalism, Social Issue, Social Assistance.

## **LISTA DE SIGLAS**

BM - Banco Mundial

BNDES - Banco Nacional de desenvolvimento

CF88 - Constituição Federal de 1988

CFESS - Concelho Federal de Serviço Social

CLT - Consolidação das Leis de Trabalhista

CONSEA - Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional

CRAS - Centros de Referência em Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social-

CUFA - Central Única das Favelas

DESSO - Departamento de Serviço Social

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DRU - Desvinculação de Receitas da União

EC - Emenda Constitucional

EUA - Estados Unidos da América

FED - Federal Reserve System

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FMI - Fundo Monetário Internacional

FNAS - Fundo Nacional de Assistência Social

GESUAS - Software para Gestão do Sistema Único de Assistência Social

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICSA - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LBA - Legião brasileira de Assistência

LGBTQs - Lésbicas, gays, bissexuais, transsexual e queer

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MESA - Ministério Extraordinário para Segurança Alimentar e o Combate à Fome no Brasil

MG - Minas Gerais

ONG's - Organizações Não-Governamentais

PDVs - Programa de Demissão Voluntária  
PEC - Proposta de Emenda à Constituição  
PIB - Produto Interno Bruto  
PLR – Participação em Lucro e Resultado  
PNAS - Política Nacional de Assistência Social  
PNAS - Política Nacional de Assistência Social  
PND - Programa Nacional de Desestatização  
PPP- Parcerias Público-Privado  
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade  
PT - Partido dos Trabalhadores  
SDS - Secretaria de Desenvolvimento Social  
SP - São Paulo  
SS - Serviço Social  
SUAS - Sistema Único de Assistência Social  
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso  
TCU - Tribunal de Contas da União  
UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO</b>  | <b>8</b>  |
| <b>CAPÍTULO I. NOTAS DA TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA E O CONTEXTO DAS CONTRARREFORMAS NEOLIBERAIS</b> | <b>13</b> |
| 1.1 Liberalismo, neoliberalismo e ultraneoliberalismo como lógica político econômica   | 13        |
| 1.2 Notas da trajetória de construção e implementação da Assistência Social  | 17        |
| 1.3 Impactos das contrarreformas neoliberais para efetivação da Assistência Social   | 23        |
| <b>CAPÍTULO 2. ULTRANEOLIBERALISMO E A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE</b>   | <b>32</b> |
| 2.1 A terceirização da política de Assistência Social  | 33        |
| 2.2 O neodesenvolvimentismo e a Assistência Social nos governos petistas   | 39        |
| 2.3 Ultraneoliberalismo e a Assistência Social na contemporaneidade  | 49        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>  | <b>55</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>  | <b>57</b> |

## INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de uma trajetória de formação no Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Universidade, pública de ensino gratuito e de qualidade. O trabalho é resultado da mobilização do conteúdo apreendido nesta trajetória, somado à necessária interpretação crítica da política de Assistência Social na contemporaneidade. Uma conjuntura política e econômica marcada pelo acirramento do neoliberalismo, podemos dizer ultraneoliberalismo dos dias atuais com profundo impacto na vida da trabalhadora e do trabalhador brasileiro.

A minha aproximação com as disciplinas cursadas durante o processo de formação, que tiveram como temáticas a discussão da sociabilidade capitalista, Políticas Sociais e Trabalho possibilitaram um conhecimento que expandiram meu horizonte analítico, e em especial, ao trabalho desenvolvido nas disciplinas de Pesquisa em Serviço Social I e II, intitulado “*A assistência social para pessoas em situação de rua no município de Mariana-MG*” que despertaram meu interesse de realização deste trabalho.

Este estudo tem como objetivo central analisar e refletir os impactos das políticas neoliberal e de sua atual radicalização ultraneoliberal na Assistência social, desde a sua implementação na CF 88, aos dias atuais. O resultado que aqui apresento intenta contribuir como instrumento de análise crítica da política pública de Assistência Social brasileira e pavimentar no horizonte o aprofundamento das particularidades desta política, que redesenha sua importância em tempos de crise.

Trata-se de um assunto importante e complexo, que requer aprofundamento teórico sobre a temática para se apreender a essência das Políticas sociais, em específico a Política de Assistência Social na complexa sociabilidade capitalista. Na busca para atingir os objetivos deste trabalho e estudo, somos subsidiados por um arcabouço teórico crítico, norteado pelo método materialismo histórico dialético e por autores exemplares do Serviço Social como Ana Elizabete Mota, Josiane Santos e Elaine Behring e outros críticos da sociabilidade do capital, e que possibilita refletir acerca da política de Assistência Social, em sua dimensão de totalidade, compreendendo como determinações do modo de produção e reprodução capitalista.

Soma-se de um assunto extremamente relevante para a formação do(a) Assistente Social, que tem as expressões da Questão Social como determinante para o seu surgimento

enquanto profissão e ao inserir na divisão sociotécnica do trabalho, nas Políticas Sociais, Instituições públicas e privadas em defesa dos direitos de segmentos da classe trabalhadora, cumpre a função de “participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais e na formulação e implementação de programas sociais” (CFESS, 2011, p.23). Com intuito de fortalecer e prezar os fundamentos do código de ética profissional que orientam a formação do assistente social, tencionamos neste trabalho a luta pela “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas a garantia de direitos civis sociais e políticos da classe trabalhadora” (CFESS, 2011, p.23).

Para tanto pautamos as análises na trajetória de construção e implementação da Assistência Social na CF 88 e nos impactos das políticas de ajuste neoliberal iniciada nos anos 1990 e da sua radicalização Ultraneoliberal a partir da era Temer e Bolsonaro, que têm como marco os constantes saques de financiamento da Política de Assistência Social e das Políticas sociais públicas em geral via políticas de austeridade fiscal, ajuste fiscal permanente (BEHRING, 2020) viabilizando transferência de recursos do fundo público para a iniciativa privada, como forma de combater a crise do sistema capitalista.

Que se destaque, às expressões da questão social<sup>1</sup> estão na gênese da necessidade social que posiciona o Serviço Social na divisão sócio-técnica do trabalho, como também têm, a partir da década de 1930 o reconhecimento por parte do Estado como questão política, embora “*não pode ser tomado ao pé da letra*” (SANTOS, 2012, p.140). Assim sendo, partiremos, neste trabalho, da compreensão do que seja a questão social. Para Iamamoto (2001) e Netto (2001) é um fenômeno intrínseco a sociabilidade capitalista, devido a contraditória relação entre capital x trabalho que se manifesta nas múltiplas expressões da questão social, a definição da “questão Social” empregada rompe com a definição de cunho conservador de culpabilização dos sujeitos sociais e de seu caráter de enfrentamento através do assistencialismo e caridade, deslocando a “Questão social” para “problemas sociais” (Iamamoto, 2001) e não como inerente ao modo de produção capitalista.

Com o que recuperamos acima, propomos neste estudo problematizar o desemprego, que no contexto brasileiro de desenvolvimento capitalista tardio, adesão aos imperativos neoliberais e mudanças na reestruturação produtiva, “emergem a flexibilidade estrutural do

---

<sup>1</sup> Sobre o termo, Marilda Iamamoto descreve que “a questão social é indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras, o que se encontra na base da exigência de políticas públicas. Ela é tributária das formas assumidas pelo trabalho e pelo estado da sociedade burguesa e não um fenômeno recente, típico do trânsito do padrão de acumulação no esgotamento dos 30 anos gloriosos da expansão capitalista”. (IAMAMOTO, 2001, p.11)

mercado de trabalho e a precariedade da estrutura de ocupações como particularidades do desemprego” (SANTOS, 2012, p.19).

A ganância capitalista pelo lucro, acumulação de capital, segundo (MARINI, 2017) realiza-se mediante a mercantilização e superexploração da força de trabalho que em contrapartida tem causado efeitos catastróficos sobre o conjunto das classes trabalhadoras. O desemprego estrutural como expressão da questão social, é intrínseco à lógica de acumulação capitalista, favorece o processo de superexploração e precarização da força de trabalho que repercute com o aumento da miséria e da fome em todo o Brasil. O desemprego estrutural é um mecanismo de controle do trabalho, impõe como realidade uma única perspectiva ao trabalhador, que aceita a subalternização e precarização próprias do mercado de trabalho flexível<sup>2</sup>.

Nesta perspectiva, Ana Elizabeth Mota (2008) descreve que, na impossibilidade de garantir o direito ao trabalho, seja pelas condições que ele assume contemporaneamente, ou pelo nível de desemprego ou pelas orientações macroeconômicas vigentes, o Estado capitalista amplia o campo de ação da Assistência Social, incluindo a massa de desempregados e os considerados pobres pelas estatísticas, impondo limites estruturais à sua efetivação no que tange a garantia de direitos sociais universais.

Em contexto de crise capitalista mundial e de aprofundamento da dependência econômica em relação aos países centrais, o apelo das classes trabalhadoras e dos movimentos sociais como protagonista na cena política, lograram um importante avanço com a implementação da Constituição Federal de 1988 (CF 88) , que propõe aos cidadãos seus direitos sociais, através da instituição da Seguridade Social clássica<sup>3</sup>, sendo formada pela

---

<sup>2</sup> Sobre o termo, Alves decorre que “a vigência das relações de trabalho flexíveis instaura uma nova condição salarial caracterizada pela mudança abrupta da relação tempo de vida/tempo de trabalho (jornada de trabalho flexível); relação tempo presente/tempo futuro com a ascensão das incertezas pessoais (novas formas de contratação flexível) e estratégias de envolvimento do self (remuneração flexível). Este novo metabolismo social do trabalho transfigura a troca metabólica entre o homem e outros homens (relações sociais de trabalho e sociabilidade) e entre o homem e ele mesmo (autoestima e autorreferência pessoal) (ALVES, 2011, p.39).

<sup>3</sup> Em síntese, a seguridade social é uma mediação importante na totalidade concreta – a sociedade burguesa – desde quando os trabalhadores emergem na cena pública, pautando suas condições de vida e trabalho como “questão social”, a qual resulta da lei geral da acumulação. É produto histórico-social da luta de classes, e como tal se reconfigura, acompanhando os movimentos do trabalho e do capital, e seus impactos sobre o Estado e o fundo público – sobre o que avançamos também em nossas formulações -, como um componente central na garantia das condições gerais de produção e reprodução social. (BEHRING, 2018, p.18)

“Perceber a seguridade social como mediação na totalidade, e tratá-la como resultado de contradições, implica defendê-la, não na direção focalista e privatista em curso, mas na perspectiva da universalidade, da gratuidade, da publicidade, da captura de parcelas mais significativas do fundo público para uma política social universalizada e mais consistente” ( BEHRING, 2018, p.21).

tríplices Políticas de Saúde, Previdência Social e Assistência Social como Políticas Públicas de resposta às expressões da questão social.

No Brasil, a Política de Assistência Social é definida na CF 88, em seus artigos 203 e 204, como uma Política para atender a quem dela necessitar, não contributiva, cujo a oferta é de responsabilidade do Estado. Seu objetivo é o de garantir proteção social aos cidadãos em situação de vulnerabilidade social e econômica, através de programas, serviços e ações de reinserção ao mercado de trabalho e desenvolvimento social (PLANALTO, 2022).

Dando prosseguimento ao processo de institucionalização da Assistência Social, em 1993 é sancionada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) pela Lei Nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993, em 2004 é criado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e em 2005 é aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (GESUAS, 2022).

Percebemos que os dispositivos legais supracitados, mesmo que implementados tardiamente, visam a regulamentação da oferta de assistência social e, com isso, a consolidação de uma Política Pública de Assistência Social. Esta conquista representa um enorme avanço, ao garantir proteção social ao cidadão como Política Social Pública de Estado, respondendo às demandas das classes trabalhadoras, mesmo que ainda exista uma longa trajetória pela sua efetivação. Ao mesmo tempo, a política de assistência social apresenta-se como estratégia de controle social da classe trabalhadora pelo capital, mostrando-se como uma política focalizada aos mais pobres, demonstra seu caráter burguês de enfrentamento ineficiente às expressões da questão social e de manutenção da lógica de produção e reprodução capitalista (MOTA, 2008).

Afirmamos que as conquistas de direitos sociais regulamentadas na CF 88, vem a partir de 1990 sofrendo graves desmontes, devido a onda neoliberal e, podemos dizer hoje, ultraneoliberal<sup>4</sup> que assolou o país e se intensifica na conjuntura política atual.

As Políticas neoliberais ao focar suas ações no campo da deliberação econômica e por meio da reestruturação produtiva possibilitam o aumento de desempregados como estratégia de manutenção da lógica de acumulação capitalista e o desmonte da Política de Assistência

---

<sup>4</sup> Sobre o assunto indico a leitura BEHRING, Elaine Rossetti; CISLAGHI, Juliana Fiúza; SOUZA, Giselle. Ultraneoliberalismo e bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social. In: BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F. (Org.). Políticas sociais e ultraneoliberalismo. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

Disponível: [https://www.editoranavegando.com/\\_files/ugd/35e7c6\\_2da984d26e504f26bff6b82e138a90ac.pdf#page=103](https://www.editoranavegando.com/_files/ugd/35e7c6_2da984d26e504f26bff6b82e138a90ac.pdf#page=103).

Social por meio da austeridade fiscal, ajustes fiscais que tem possibilitado a focalização de suas ações e programas e impõe o autoritarismo (policial), assistencialismo, a terceirização, caridade e solidariedade da sociedade civil como resposta às expressões da questão social.

Neste sentido, o desenvolver do estudo, deverá possibilitar a compreensão do processo de desmonte da política de Assistência Social, assim como das políticas em cursos para enfrentamento das expressões da questão social determinadas pela dinâmica de produção e reprodução capitalista.

A construção da Política de Assistência Social, se insere em uma dinâmica de contradição, que por hora, atende a interesses da classe trabalhadora e por outra mantém a lógica de acumulação capitalista, inserindo-se no campo de disputa de classe sociais, classe burguesa x classe trabalhadora, forças permanentes em disputa por interesses. Apesar da política de Assistência Social inovar ao propor direitos sociais, no decorrer do texto veremos que para enfrentar as expressões da questão social, além da defesa pela universalização dos direitos sociais instituídos, necessitamos enfrentar a própria sociabilidade capitalista.

## **CAPÍTULO I. NOTAS DA TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA E O CONTEXTO DE CONTRARREFORMAS NEOLIBERAIS**

O presente capítulo trata da breve trajetória de construção da Assistência Social brasileira, substancialmente pretendemos analisar o contexto econômico, social e político de seu desenvolvimento. Analisamos as perspectivas do pensamento político econômico do liberalismo, neoliberalismo e ultraneoliberalismo e suas inflexões na esfera do Estado como na própria política. Afirmamos que os direitos sociais implementados com a criação da Política de Assistência Social pela Constituição Federal de 1988 e os demais marcos regulatórios estão sendo diluídos, devido a manutenção da submissão e dependência econômica aos países centrais e da radicalização de contrarreformas neoliberal e em cenário de reestruturação produtiva têm impactado no aumento exponencial do desemprego, desmonte de direitos sociais, e da Política de Assistência Social via Políticas de Austeridade Fiscal, favorecendo o processo de apropriação do fundo público pelo capital e ao mesmo tempo observa-se a expansão dos programas de distribuição de renda, como estratégia de enfrentamento da questão social.

### **1.1 Liberalismo, neoliberalismo e ultraneoliberalismo como lógica político econômica**

Para atingir os objetivos deste estudo, se faz necessária a explanação das principais correntes que orientam o pensamento político econômico do capitalismo em constante transformação na busca pela acumulação de capital.

Para entender o neoliberalismo e o ultraneoliberalismo é preciso analisar seu antecessor: o liberalismo clássico. Ao contemplar um modelo político onde o Estado deixa à iniciativa privada a livre competição de mercado, com um mínimo de interferência, o que Adam Smith chama de “mão invisível”, o Estado liberal teoricamente deveria se preocupar com bem estar público e evitar que as pessoas caiam na miséria e na pobreza.

A perspectiva das políticas americanas parte de um núcleo privado de decisões: o *Federal Reserve System* (FED), o banco central dos Estados Unidos. Segundo o jornalista investigativo Dean Henderson, embora a maioria dos americanos pensasse que era uma instituição do governo:

O FED constituía um cartel controlado pelo Bank of America, JPMorgan Chase, Citigroup e Wells Fargo, entrelaçados com as companhias de petróleo Exxon Mobil, Royal Dutch/Shell (da qual os dois maiores acionistas são a antiga rainha da Holanda, Beatrix, da Casa de Orange, e Lord Victor Rothschild), British Petroleum e Crevron Texaco, em conjunção com Deutsche Bank, BNP, Barclays e outros colossos financeiros da Europa. **(BANDEIRA, 2017, p.140).**

O sistema adotado pelos americanos em 1913 começou instituir o capitalismo moderno. Controlando o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), o FED ditou as políticas públicas de países que emprestou dinheiro. Após a crise de 1929 o presidente Roosevelt promoveu a fim de recuperar os EUA da grande depressão, uma política de reformas econômicas e sociais, com intuito de erradicar o desemprego e a pobreza.

A partir do programa econômico New Deal (novo acordo), liderados pela concepção keynesiana, o objetivo era colocar o estado como gerador de empregos e melhoria das condições dos trabalhadores, através do controle e fiscalização estatal sobre as empresas. Algumas de suas principais medidas foram o Social Security Act, o U.S. Housing Authority, o Farm Security Administration e o Fair Labor Standards Act, que fixou o máximo de horas de trabalho e o salário mínimo para a maior parte das categorias dos trabalhadores (BANDEIRA, 2017). Porém, os poderosos homens de negócios que controlavam a economia americana não estavam satisfeitos com essa condição;

Durante a Grande Depressão, que se seguiu ao colapso da bolsa de Wall Street, em outubro de 1929, a Black Friday, alguns grupos financeiros industriais - cerca de 24 das mais ricas e poderosas famílias dos Estados Unidos, entre as quais Morgan, Robert Sterling Clark, Dupont, Rockefeller, Mellon, J. Howard Pew e Joseph Newton Pew, da companhia Sun Oil, Remington, Anaconda, Bethlehem, Goodyear, Bird's Eye, Maxwell House, Heinz Schol e Prescott Bush - conspiracy. Planejaram financiar e armar veteranos do exército, sob o manto da American Legion, com a missão de marcharem sobre a Casa Branca, prender o presidente Franklin D. Roosevelt (1933 - 1945) e acabar com as políticas do New Deal. O objetivo consistia na implantação de uma ditadura facista, inspirada na Itália e no que Hitler começava a construir na Alemanha. **(BANDEIRA, 2017, p.38)**

O neoliberalismo moderno tem uma história sombria onde o poder do Estado sempre esteve atrelado à iniciativa privada, mesmo que de forma velada. É possível interpretar esse acontecimento, esquecido do pensamento político moderno, como uma das primeiras radicalizações da mente insana de homens poderosos que cometem as piores atrocidades em nome do lucro e do poder. Esse passado sombrio e perverso demonstra como as forças capitalistas se concentram e determinam seu poder acima do bem público (BANDEIRA, 2017)

Autores renomados como David Harvey, Tony Judt, Bauman, definem uma data específica para o nascimento do pós-modernismo e do neoliberalismo, entre 1972 e 1973. A partir dessa data, segundo esses autores, as grandes empresas perceberam que as famílias mais poderosas e influentes, e os homens mais ricos do mundo, eram aqueles que trabalhavam internamente nos governos, surgiu assim o Lobby político (BANDEIRA, 2017).

A partir da década de 1970 uma tendência tomou conta dos governos do mundo, ao invés de partir para a livre iniciativa e se concentrar no mercado, as empresas perceberam que poderiam lucrar com os governos, se instalando neles (JUDT, 2011).

Muito do que parece “natural” hoje em dia data dos anos 1980: a obsessão pelo acúmulo de riqueza, o culto da privatização e do setor privado, a crescente desigualdade entre ricos e pobres. E, acima de tudo, a retórica que acompanha esses conceitos: admiração acrítica pelos mercados livres de restrições, desdém pelo setor público, ilusão do crescimento interminável. (JUDT, 2011, p.16)

A interferência dos interesses privados em articular suas demandas dentro de governos democráticos vêm se tornando uma praga na América Latina. O governo americano é o responsável direto pelo golpe militar de 1964 (BANDEIRA, 2017). sendo que toda cadeia de comunicação implantada na época visava uma abrangência total do território brasileiro com a intenção de criar um vínculo entre o povo e o governo militar. Assim foi criada a rede Globo de comunicação, seu nome real era *Lifetime Company*, com recursos diretos do governo americano (AMORIM, 2015).

Depois das duas grandes guerras a polaridade política do planeta forçou a política americana a implantar seu modo de vida no restante do planeta. Para isso o FMI, atrelado ao BM que por sua vez era controlado pelo FED, emprestava dinheiro aos países com a exigência de que fosse adquirido um pacote cultural. Os países para onde eram destinados os recursos se comprometeram a exibir em suas redes televisivas programação produzida nos Estados Unidos, demonstrando como a iniciativa privada internacional conduziu tanto a política administrativa, como também a cultura da população brasileira durante o período da ditadura, permanecendo até os dias atuais.

Os grandes movimentos políticos e revoluções não são espontâneas, fazem parte sempre de um conjunto elaborado e cuidadosamente planejado. A percepção de mundo onde o lucro é o objetivo, o consumo é a forma mais cobiçada forma de prazer e o individualismo é incentivado acima de tudo, foi pacientemente construída no decorrer do século XX. A

sociabilidade capitalista diz respeito a todas as esferas da vida comum, desde o aspecto econômico, social, político e psicológico.

O neoliberalismo tem sido o ápice de décadas de implantação sistemática de um modelo de vida pautado no individualismo e perda de referência da emancipação política e humana. O mundo pós-moderno que surgiu na cultura dos anos 1980, fruto da arquitetura, demonstrou como o mundo se tornou superficial e ainda mais vulnerável ao discurso que na época do autoritarismo (HARVEY, 1992). Fruto da constante obliteração que o discurso capitalista implantou na sociedade, as pessoas foram levadas a crer que o único objeto que tem valor real é o dinheiro, essa imposição de valores capitalistas criou uma geração individualista que elevou as taxas de homicídio, suicídio e mortes por intoxicação medicamentosa, alcoólica e ligadas às mais diversas drogas, no aumento de desemprego, miséria, epidemia de ansiedade e a gama de designações de distúrbios psíquicos e transtornos mentais aumentou em velocidade vertiginosa.

O neoliberalismo entre os anos 1990 e o início do século XXI, levou países do mundo inteiro ao caos econômico e social, fruto de empréstimos ao FMI e embargos econômicos àqueles países que se recusaram a apoiar os Estados Unidos. É importante destacar que o neoliberalismo não é somente o conjunto de políticas econômicas. Segundo Pierre Dardot e Christian Laval (2019) “trata-se mais fundamentalmente de uma racionalidade política que se tornou mundial e que consiste em impor por parte dos governos, na economia, na sociedade e no próprio Estado, a lógica do capital até a converter na forma das subjetividades e na norma das existências”(ADITAL, 2019).

As políticas neoliberais ao focar sua ação no campo da deliberação econômica, incrementando a privatização do público, o que é a lógica do capital, possibilita que o processo de acumulação capitalista seja alcançado em detrimento da socialização de suas crises, tornando-a crise de Estado, que assume papel decisivo ao possibilitar transferência da dívida pública para o setor privado, além da expropriação do fundo público, responsável pelo financiamento das bases necessárias à reestruturação capitalista, como também, pelas políticas que compõem o sistema de seguridade social. Neste sentido é que temos um Estado mínimo para o social e o máximo para o capital (BEHRING, 2020).

A face do neoliberalismo se mostra de inúmeras formas através do lobby da indústria farmacêutica, incentivando o consumo de remédios, ansiolíticos e analgésicos de forma indiscriminada, inventando novas doenças e escondendo patentes para estratégias de mercado

(BAUMAN, 2016). Na indústria petrolífera o neoliberalismo mostra sua face mais mortífera, como nos recentes conflitos na Síria, norte da África e Ucrânia, onde o interesse não era a segurança e liberdade das pessoas, mas o controle do vasto estoque de petróleo da região (BANDEIRA, 2017)

Como se não bastasse os ataques virulentos do neoliberalismo aos direitos sociais e ao conjunto das classes trabalhadoras, na atualidade, assiste-se sua radicalização, o que muitos caracterizam como ultraneoliberalismo, e por mais que não exista um consenso na academia em relação ao termo, a maioria do campo crítico concordam que o neoliberalismo “sofre uma inflexão que aprofunda seus pressupostos” (BEHRING, 2020, p.106). A volta da extrema direita ao poder do Estado em vários países do mundo têm demonstrado essa tendência.

Portanto, estamos diante do momento mais dramático para os trabalhadores(as) desta saga ortodoxa e destrutiva: o ultraneoliberalismo. O discurso é muito semelhante ao dos anos 90: a crise é do Estado e é necessário que “cada um faça a sua parte” no processo de socialização dos seus custos. Mas no mundo real, ontem e hoje ainda mais, quem paga a conta são os(as) trabalhadores(as), o que se evidencia no recrudescimento dos indicadores sociais brasileiros, destacadamente nos últimos quatro anos. (BEHRING, 2020, p.106)

A manifestação ultraneoliberal de nossos tempos atuais destroem o Estado de direito, produzem mortes em nome do lucro. E voltando a nós, “quanto mais sofrimento social poderemos tolerar antes que a própria necessidade de mudança cause a mudança? Esta é a mais importante questão política de nosso tempo” (SAID, 2003, p.91). No próximo capítulo trataremos com mais precisão do ultraneoliberalismo e suas inflexões na política de Assistência Social.

## **1.2 Notas da trajetória de construção e implementação da Assistência Social**

A trajetória de construção da Assistência Social brasileira está intrinsecamente ligada ao processo de produção e reprodução das relações sociais próprias do capitalismo, Estado e da luta de classes. Que se destaque, “às demandas por proteção social têm relação intrínseca com o modo de inserção do cidadão no processo produtivo e o modo de produção da sociedade de mercado” (SPOSATI, 2007, p.437).

O ideário de industrialização vivido no Brasil no século XX, orquestrado por países de capitalismo central (EUA e União Europeia), dá continuidade ao processo de acumulação

capitalista sob manutenção da sua dinâmica de dependência<sup>5</sup> econômica, que se realiza mediante a maior exploração, na definição de Marini (2017) superexploração da força de trabalho<sup>6</sup> pelo Capital.

A adesão ao ideário da industrialização não significou mudanças qualitativas no desenvolvimento econômico do Brasil mas ao contrário “a indústria continuou sendo ali uma atividade subordinada à produção e exportação de bens primários, que constituíam, estes sim, o centro vital do processo de acumulação” (MARINI, 2017, p.339). Esse processo industrial iniciado a partir de 1930, aconteceu de forma tardia “em uma sociedade onde prevalecia um sistema arcaico de relações sociais” (SANTOS, 2012, p.138) sendo ainda muito pertinente o passado “colonial-escravista” (SANTOS, 2012). Em sua dissertação de doutorado, Santos (2012) nos aponta que;

Abolido o regime de trabalho escravo, a população negra não foi imediatamente transformada em trabalhadores assalariados, em face da opção pela imigração europeia. Ressalta-se, nesse interim, a fase de branqueamento da população brasileira e a marginalização do negro, dois ícones culturais da sociedade brasileira, presentes até os dias atuais, inclusive em termos de formação do mercado de trabalho. (SANTOS, 2012, p.138)

A partir da constituição de um mercado de trabalho ainda marcado pelo passado escravista, muitos desses trabalhadores do meio rural foram sendo absorvidos como “empregado assalariado urbano” (SANTOS, 2012), compondo uma parcela expressiva de trabalhadores nos centros urbanos em empregos insalubres, super explorado e sem direitos. Neste cenário, de formação de um mercado de trabalho voltado a atender os interesses capitalista, e por outro lado pela ascensão da luta de classes no cenário político, movimentos dos trabalhadores e trabalhadoras que através de lutas e movimentos sociais passam a exigir do Estado “o seu reconhecimento enquanto necessidade de classe, razão de serem tratadas como questão social” (MOTA, 2008, p.47).

Segundo Mota (2008), a consolidação de respostas públicas às necessidades da classe trabalhadora, originou-se num contexto económico-social e geopolítico do chamado Estado de

---

<sup>5</sup> O Brasil se insere no mercado mundial, para atender os interesses de países de capitalismo central, marcado pela divisão internacional do trabalho submissa aos interesses do grande capital. Nesse sentido, a dependência pode ser “entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2017, p.327).

<sup>6</sup> Sobre o assunto entendemos o que (MARINI,2017) descreve como os três mecanismos identificados - **a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário para repor sua força de trabalho** - configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador. (MARINI, 2017,p.334 - *grifos próprios*)

bem estar social ou *Welfare State*<sup>7</sup>, desenvolvido em países de capitalismo central, se expandiu a partir da Segunda Guerra Mundial, apresentando-se como estratégias do capital para estabelecer novas articulações e a retomada de estratégias de acumulação, em resposta a sua crise de acumulação de 1929.

Através da intervenção do Estado, deram início ao conjunto de ações públicas em resposta às expressões da questão social reivindicadas pelos trabalhadores e trabalhadoras. Dando origem às políticas sociais de garantia de direitos e proteção social. Porém, apesar de ser considerada uma vitória do movimento operário, tais iniciativas mostram-se fundamentais ao capitalismo, garantindo o controle social e consenso da classe trabalhadora.

Os sistemas de proteção social [próprios do Welfare...] foram funcionais para o capitalismo porque [...] introduziram uma certa previsibilidade na relação capital/ trabalho. [...] Mas] foram construídos a partir da pressão exercida pelos trabalhadores por melhores condições de vida. Neste sentido, os riscos abarcados pelos diversos programas que compõem os sistemas de proteção social [...] devem ser vistos como conquistas dos trabalhadores e dos movimentos sociais. (MARQUES, 1997, p. 46 *apud* MOTA, 2008, p.27)

No contexto brasileiro, as respostas do Estado às demandas das classes trabalhadoras vieram a ocorrer a partir de 1930, com a mudança do Estado Liberal. Nessa perspectiva, Mota (2008) analisa que às necessidades dos trabalhadores, diferente do que vinha acontecendo em países de capitalismo central, a questão social foi encarada como uma “questão de polícia”, em face do caráter repressor e geneticamente reacionário da burguesia brasileira.

No âmbito desse modelo de dimensão marcadamente intervencionista, coube ao Estado efetivar determinados empreendimentos, tais como: a criação de um mercado de trabalho e de uma legislação trabalhista que, entre outras ações, instituiu o salário mínimo; a reestruturação de uma rede de bancos oficiais com vistas a resolver a questão relativa ao financiamento do processo de acumulação; e a dinamização do setor produtor de bens de capital (máquinas, equipamentos e instalações) e de insumos básicos. (PORTO, 2009, p.15)

Seguindo essa tendência, as primeiras iniciativas voltadas à garantia de direitos, surgiram a partir do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930/1943). A partir da Constituição Federal de 1934 é criado o Ministério do Trabalho, e a Legislação Trabalhista pelo decreto à Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e posteriormente à Carteira de Trabalho. O Estado passa a reconhecer os direitos da cidadania, concedendo proteção social aos cidadãos

---

<sup>7</sup> Concordando com (NETTO, 2013) O Welfare State, que foi uma das possibilidades de ordenamento sócio-político do Estado burguês na idade do monopólio, operou no sentido de concretizar esses direitos sociais mediante um de seus instrumentos reguladores mais importantes, a política social – e, nas modalidades específicas desta, acabou por instaurar o que ficou conhecido como seguridade social, de que a assistência social passou à condição de componente (NETTO, 2013, p.16-17)

inseridos na divisão sociotécnica do trabalho, ou seja, é condicionado acesso a direitos sociais, somente aos trabalhadores incluídos no mercado formal de trabalho. Desta forma a cidadania está estritamente condicionada ao trabalho. Porém, apesar de ser considerado uma relevante conquista da luta de trabalhadores e trabalhadoras, “a instituição de direitos trabalhistas e de uma regulação estatal das relações de trabalho não exclui o recurso da repressão aos trabalhadores no processo histórico brasileiro” (SANTOS, 2012, p.140). Ao analisar as políticas do estado de bem estar social ou welfare state, Behring (2009) salienta:

No Brasil, estes processos ganham configurações particulares, considerando que não tivemos situação de pleno emprego: tivemos aqui a crise do Estado desenvolvimentista, que ampliou o mercado interno de trabalho e de consumo, sem nunca chegar à sombra do pleno emprego, do pacto social-democrata e do welfare state. (BEHRING, 2009, p.2)

Nesta perspectiva, o Estado, a Igreja e sociedade civil, mobilizam mudanças ineficazes para enfrentamento das expressões da questão social. No âmbito político, em 1942 é instituído a Legião brasileira de Assistência (LBA), pela primeira dama Darcy Vargas, tendo como finalidade amparar às famílias de órfãos, inaptos ao trabalho, e soldados recém chegados da II Guerra Mundial.

Sobre esta Legislação Social Alves (2016) afirma que o Estado ao reconhecer as necessidades da classe trabalhadora, teve como objetivo neutralizar possíveis manifestações revolucionárias contra a ordem social e desenvolvimento do padrão produtivo capitalista. Percebe-se, que a Assistência é vinculada a prática do assistencialismo, benevolência, caridade, ficando a mercê das Instituições filantrópicas e da sociedade civil prestarem sua ajuda, tutela e enquadramento social dos cidadãos, não se concretizando no âmbito político do Estado.

Em um contexto histórico marcado pela Ditadura civil militar, desencadeada com o golpe de 1964, e que perdurou por 20 anos. O processo de produção capitalista pautada no desenvolvimentismo e modernização conservadora, imprime novas formas e meios de apropriação e exploração do trabalho em detrimento da elevação do nível de acumulação capitalista.

Diferente da trajetória que determinou o Welfare, o desenvolvimentismo no Brasil foi resultado de um processo de modernização conservadora que consolidou a industrialização e o crescimento econômico, mas que não redistribuiu os resultados dessa expansão com a maioria da população trabalhadora. (MOTA, 2009, p.7)

O Estado teve papel primordial neste processo, pois possibilitou a formação de um mercado de trabalho precário e mão de obra barata, colaborando ao processo de aprofundamento da dependência econômica em relação aos países de capitalismo central e o surgimento de novas expressões da questão social. O Estado acentua sua participação na garantia de bases que atendam aos interesses da burguesia capitalista. A repressão policial se consolida como o principal mecanismo de contenção de movimento da classe trabalhadora e como resposta às expressões da questão social-pobreza, desemprego e miséria (MOTA, 2009).

Na década de 1970, é segundo Mota (2008) marcada pela plena incorporação das economias dependentes ao processo de reprodução ampliada do capital. As economias dependentes, ao qual inclui o Brasil, tornam-se centro de absorção de investimentos produtivos; maquinários obsoletos a nível de desenvolvimento dos países centrais.

A seus Estados nacionais coube o papel de indutores do desenvolvimento econômico, propiciando uma base produtiva integrada às necessidades dos oligopólios internacionais, graças ao apelo ao crédito externo para financiamento daquela base e sua expansão. (*Idem*, p.28)

Neste contexto, de aprofundamento da submissão do Brasil aos interesses dos oligopólios internacionais, em 1974 é criado o ministério da Previdência e Assistência Social, incluindo a antiga LBA. Esta iniciativa dá continuidade a institucionalização da Assistência Social com seu caráter de assistencialismo, condicionando a proteção social ao seguro previdenciário, e não como um direito, não contributivo e universalizado aos cidadãos. Percebe-se um desenvolvimento da Assistência Social atrelada a necessidade de controle da classe trabalhadora, e não como política social de garantia de direitos.

Neste mesmo período, os países centrais vêm apresentando sinais de uma crise de estagnação do sistema fordista/taylorista e do Estado de bem estar social (Welfare State), que implica em novas reformulações e estratégias de acumulação nos países periféricos. Consequentemente, a década 1980 é marcada pela crise da dívida externa, proveniente dos empréstimos empregados no processo de modernização, impondo ao Estado a destinar parte do fundo público para pagamento da dívida e propiciar as bases necessárias ao desenvolvimento da reestruturação produtiva do capital.

Em cenário de crise que se apresenta não somente como crise econômica, mas como uma crise orgânica<sup>8</sup> do modo de produção capitalista. Em contrapartida do intenso

---

<sup>8</sup> A crise orgânica é concebida por Gramsci como aquela que é expressão dos antagonismos que, ao se originarem no ambiente econômico, transitam para o ambiente político. Portanto, ao se ampliar para o campo das

crescimento da desigualdade, pobreza e desemprego. No sentido de avançar, após grande mobilização da classe trabalhadora por redemocratização do Estado e direitos sociais, é promulgada a Constituição Federal de 1988.

O Estado passa a garantir direitos sociais, institucionalizando o tripé da Seguridade Social, no qual incluem as Políticas Sociais: Saúde, Previdência Social e Assistência Social como um amplo campo de políticas públicas de garantia de direitos sociais coletivos. A partir da CF 88, compreende-se a Assistência Social como Política Social pública, sendo dever do Estado garantir a proteção social a quem dela necessitar, não contributiva, e que objetiva através dos seus serviços e programas propiciar o enfrentamento das desigualdades sociais.

Esta proposta supõe uma ação de ruptura com a tradição conservadora, de caráter liberal (voltada ao Estado mínimo e a conseqüente subsidiariedade entre ele e a sociedade no campo social). Os projetos de fundamentação liberal-social ou economicista por sua vez, negam o reconhecimento do direito de cidadania extensivo e consideram a atenção social compatível somente a grupos focais caracterizados pelo grau de indigência estabelecido sob alta seletividade. Nesse caso o acesso social depende do prévio enquadramento do cidadão à condição de necessitado, sem direito a requerer atenção à sua necessidade social. (SPOSATI, 2007, p.437)

Apesar da sua implementação como política pública de Estado e instigar a universalização, tal política caracteriza-se pela focalização nas pessoas consideradas extremamente pobres, sob critérios do Banco Mundial e principais lideranças financeiras mundiais que determinam qual cidadão é necessitado e carece de acesso aos serviços e programas da Política de Assistência Social.

Seguindo a tendência de focalização da Assistência Social, Mota (2007) descreve que o modo de produção capitalista na impossibilidade de garantir o direito ao trabalho pleno, a classe dominante (burguesia) e seu Estado respondem às expressões da questão social com a Assistência Social. Que apesar de inovar ao garantir o direito à proteção social como Política pública, o acesso continua sendo condicionado a seletividade e focalização, seguindo a tendência de subordinação aos interesses do capital e manutenção de sua reprodução material e imaterial.

---

relações políticas, ideológicas, culturais, seus efeitos atingem a essência das relações de classe, transformando o conteúdo das lutas sociais, substituindo-as por lutas de interesse. A crise a qual nos referimos exige um processo permanente de transformação tanto do padrão de acumulação de capital, aí compreendido o papel das forças produtivas, como das estratégias de dominação que conformam os aparelhos privados de hegemonia. (MOTA, 2008, p.29)

### ***1.3 Impactos das contrarreformas neoliberais para efetivação da Assistência Social***

A Constituição Federal Brasileira de 1988 quando propõe a Política de Assistência Social como uma política pública de garantia de direitos, representa um avanço. Entretanto gostaríamos de destacar adiante como o contexto dos ajustes neoliberal determinaram o desenvolvimento dessa política, bem como sua relação com o desemprego e pobreza.

A Assistência Social como proposta a garantia de direitos sociais pelo Estado se materializa no âmbito jurídico em contexto de crise capitalista internacional, e no marco do aprofundamento da dinâmica de dependência econômica, em cenário de aumento exponencial do desemprego, da pobreza e miséria. A Crise é analisada por muitos críticos, como a saída tácita para a retomada de estratégias de acumulação capitalista, sendo intrínseca ao seu metabolismo de funcionamento. É através da maior exploração e apropriação do trabalho, fundo público e políticas sociais que realiza-se sua concretização. Colaborando com o que é exposto, Mota (2009):

Longe de serem naturais, as crises revelam as contradições do modo de produção capitalista, entre elas, a sua contradição fundamental, a produção socializada e a apropriação privada da riqueza, também reproduzindo e criando outras contradições como as existentes entre: 1) a racionalidade da produção em cada empresa e a irracionalidade do conjunto da produção e dos mercados capitalistas; 2) a maximização dos lucros de cada corporação empresarial e suas refrações na concorrência, ocasionando a tendência à queda da taxa de lucros; 3) o crescimento da produção de mercadorias e a estagnação ou redução da capacidade de consumo **(MOTA, 2009, p.3)**.

Na tentativa tardia de instituir as bases necessárias à reestruturação capitalista, a década de 1980 é marcada pela crise da dívida externa do Brasil, como já foi mencionada anteriormente, e que explica a apropriação do fundo público pelos oligopólios internacionais, através do pagamento de juros da dívida. Com a crise do padrão fordista/taylorista e do Estado de bem estar social iniciada em 1970 nos países centrais, e a necessidade de instituir políticas econômicas de efeito para retomada do ciclo de acumulação, os Estados Unidos (EUA);

Ameaçados no campo da produção, reagiram afirmando sua hegemonia por meio das finanças. Porém, o funcionamento eficaz desse sistema exigia que se forçasse os mercados em geral e os mercados de capital em particular a se abrirem ao mercado internacional. **(HARVEY, 2008, p.58)**

O receituário imposto, sob forte orquestramento de organizações financeiras, impuseram lógica ao poder financeiro, desdenhando-se dos rumos da dinâmica política, econômica e social, privilegiando detentores econômicos e controlando benfeitorias políticas. Nesse sentido, os Estados Unidos possibilitam uma nova fase de acumulação capitalista em resposta a suas constantes “crises”, que se deu mediante a adoção dos imperativos do neoliberalismo. Segundo Mota (2007) resultou na restauração de mecanismos de acumulação e ideopolíticos necessários ao consenso hegemônico.

Na perspectiva neoliberal, o Estado se retrai do controle econômico e reconfigura sua atuação nas expressões da questão social (Estado mínimo) em consonância aos anseios da iniciativa privada. “Vale lembrar, entretanto, que a redução do Estado no âmbito produtivo e na prestação de serviços públicos foi substituída pelo fortalecimento da ênfase privatista do aparato estatal, de que foi exemplo o governo Margareth Thatcher” (ANTUNES, 2007, p.197)

Neste sentido, a reforma do Estado ou melhor a “contrarreforma” (BEHRING, 2006) é orientada a fomentar políticas econômicas liberalizantes para o capital em contrapartida do desmonte das políticas sociais, e da constante desvalorização do poder do trabalho e a consistente degradação relativa da condição da classe operária (HARVEY, 2008).

Esse projeto de restauração capitalista, materializado no novo imperialismo, teve no “Consenso de Washington” sua base doutrinária e política, operacionalizado pelo Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e pela Organização Mundial do Comércio, transformado nas principais alavancas institucionais da **integração e do ajuste das economias periféricas às necessidades do capitalismo internacional.** (MOTA, 2009, p.9, grifos próprios.)

O Brasil se insere na dinâmica de submissão aos imperativos neoliberais a partir da década de 1990, de forma tardia, em conformidade ao Consenso de Washington de 1989, sendo o critério para concessão de auxílio financeiro dos EUA, com a exigência de contrarreformas do Estado para garantia de interesses dos oligopólios e organizações financeiras mundiais. Em relação às principais razões do Brasil aderir ao ideário político-econômico do neoliberalismo Porto (2009) pontua que tem destaque o acirramento da crise econômica de 1989/1990 e o esgotamento do Estado intervencionista, instaurado na década de 1930.

A notória presença das políticas de cunho neoliberal (SANTOS, 2017) veio a emergir já no final do mandato do Presidente Fernando Collor de Mello em 1990, com a implementação de políticas econômicas deflacionárias como medida para conter a inflação,

em um processo que se deu mediante a desregulamentação da economia, objetivando “a abolição da regulação do Estado, simultaneamente, sobre a economia e sobre a relação capital-trabalho” (PORTO, 2009, p.5), tornando a economia livre e competitiva para o mercado.

Paralelo ao processo de reestruturação produtiva, coube ao Estado empreender políticas fiscais severas, as políticas de austeridade fiscal<sup>9</sup>, segundo Silvio Almeida (2021) colaboram para a transferência de fontes de financiamento das políticas sociais para iniciativa privada, como forma de pagamento de juros da dívida pública, tornando o fundo público um grande aliado do capital para regeneração de suas crises de acumulação. Dando continuidade a agenda das contrarreformas neoliberais, o seu sucessor FHC, rapidamente se prontificou em atender a agenda neoliberal;

Os desdobramentos da política econômica patrocinada por FHC, em seu obsessivo propósito de contenção, a qualquer custo do déficit público, tiveram implicações desastrosas sobre as políticas sociais, na medida em que resultaram na redução drástica dos fundos públicos destinados ao financiamento dos serviços sociais direcionados aos segmentos mais pobres. (PORTO, 2009, p.7)

Em relação a reestruturação produtiva, esse processo se concretizou sob o imperativo da acumulação flexível a partir da introdução de equipamentos e maquinários tecnológicos na produção. Este processo resultou em mudanças estruturais no mundo do trabalho, realizando-se fundamentalmente sobre a superexploração da força de trabalho mediante a flexibilização das relações de trabalho e precarização dos espaços de ocupação (SANTOS, 2017), tornando estratégica para as empresas flexíveis, pois;

A possibilidade de se variar o volume de empregados, salários, horários, local de trabalho (seja dentro ou fora da empresa), aliada à possibilidade de regular a representação sindical interna por meio de recompensas, como a Participação nos Lucros e Resultados (PLR), permite à empresa manobras em busca de estabilidade. (CARMO, 2016, p.86).

A flexibilização da força de trabalho colabora para a insegurança e instabilidade do trabalhador, ao torná-la facilmente maleável, descartável e substituível. O trabalho em seu formato de emprego (salário), e a substituição do trabalho vivo pela implementação de maquinários tecnológicos reduz o *trabalho* a uma única compreensão, Marx (2011) descreve como um processo de “subsunção real” do trabalho ao capital, ou seja, o próprio capitalismo

---

<sup>9</sup> Colaborando com debate Silvio Almeida “chama-se por austeridade fiscal o corte das fontes de financiamento dos direitos sociais a fim de transferir parte do orçamento público para o setor financeiro privado por meio dos juros da dívida pública” (ALMEIDA, 2021, p.206).

exerce total domínio sobre a produção, não mais necessitando de habilidades individuais do trabalhador para realização do processo de produção de mercadoria, assim sendo, o trabalho se configura de forma abstrata ao trabalhador, e sob total domínio do capital.

No Brasil, estas medidas adotadas do mundo do trabalho, “tornou-se bastante adverso o cenário social e político devido à política autocrática do governo Collor visando destruir o sindicalismo, principalmente de categorias organizadas que resistiam a medidas drásticas, que atingiam direitos do trabalho (no caso de empresas estatais e setor público)” (ALVES, 2009, p. 190). A tendenciosa estratégia das organizações financeiras teve, desde o seu surgimento a intencionalidade de obstruir todos direitos do trabalho, e possibilidade de reprodução da classe trabalhadora, encontrando materialidade na atuação do Estado em delimitar contrarreformas econômicas favoráveis ao processo de acumulação capitalista.

As reformas neoliberais implementadas a partir do governo Collor e o cenário macroeconômico (recessão ou baixo crescimento da economia num contexto de intensa reestruturação industrial, juros elevados e abertura comercial com a intensificação da concorrência intercapitalista), contribuíram para a constituição de um cenário de degradação do mercado de trabalho com alto índice de desemprego total nas regiões metropolitanas e deterioração dos contratos salariais devido à expansão da informalização e da terceirização nas grandes empresas, visando reduzir custos. (ALVES, 2009, p.189)

A busca insana do capital financeiro pela alta competitividade de mercado, transformou em estratégia altos índices de desemprego, neste sentido, a oferta de “braços ociosos” (MOTA, 2008), aqueles não inseridos no mercado formal de trabalho, poderiam ocupar postos mais precários de trabalho, tencionando a queda salarial dos postos já ocupados. Percebe-se que o aumento do desemprego “tem se tornado um fator fundamental para a atual constituição de uma economia mundial baseada na força de trabalho barata e precária” (MOTA, 2008, p.118).

Paralelo ao processo de mundialização e reestruturação do capital deu-se um processo de expansão mundial da superpopulação relativa que tem permitido aos diversos capitalistas garantirem seus “superlucros” devido aos salários baixos proporcionados pela imensa massa de trabalhadores disponíveis no mercado. (MOTA, 2008, p.125).

Dentre as principais contrarreformas desenvolvidas pela política neoliberal, podemos também destacar duas que colaboram para a precarização do trabalho e simultaneamente para o aumento do desemprego, foram elas: Programa Nacional de Desestatização (PND) e o Programa de Demissão Voluntária (PDVs). Segundo Mota (2008) essas estratégias garantiram o ajuste fiscal imposto pelo FMI e também para o enxugamento do funcionalismo público.

O Programa Nacional de Desestatização (PND), criado em 1991, que contribuiu para transferência de patrimônio social para o setor privado. O processo de privatização, que marcou a era neoliberal, como elemento de reforma do Estado, significou o fortalecimento da acumulação de capital no país, embora tenha contribuído, ao mesmo tempo, para a acumulação por espoliação, que não implica necessariamente em investimento produtivo (ela significou a degradação - ou mesmo extinção - do estatuto salarial de importantes categorias de trabalhadores públicos, como bancários de bancos estaduais, operários de siderúrgicas e mineradores estatais, trabalhadores do sistema de telefonia e em alguns casos do sistema de eletricidade etc). Por outro lado, a Reforma Administrativa do Estado sob a gestão neoliberal significou a precarização do trabalho do assalariado do setor público. **(ALVES, 2009, p.193)**

Como pode ser constatado, as políticas neoliberais adotadas durante o governo Collor contribuíram para o aumento do desemprego, e instabilidade da classe trabalhadora. Para exemplos de dados comparativos do início dos anos 1990 a 1992 houve um aumento significativo do desemprego, segundo dados do Ipea, em 90 correspondia a 4% chegando a 6% em 92 no auge da recessão, e manteve-se a patamares elevados, chegando a 12,9% em 2002 (Mota, 2008). Outro fator relevante devido à tendência global do desemprego, tem sido o aumento do setor informal de trabalho, de acordo com Mota (2008) de 1992 e 2004, aumentou de 38,3% para 51,2% respectivamente, esses números revelam a constante precarização e desvalorização do trabalho.

O que podemos afirmar, com base em dados do IPEA (2000), durante esse período o aumento do desemprego é desencadeado por transformações estruturais no mercado de trabalho, principalmente, pela flexibilização dos processos de trabalho que tendenciosamente provocou o aumento do desemprego no setor industrial, mantendo-se estagnado nos setores de Comércio e Serviços. Além disso, a renda real dos trabalhadores diminuiu drasticamente no decorrer da década de 90 (IBGE, 2000). As políticas neoliberais implementadas durante o Governo Collor, tiveram como drásticas consequências a ineficiência de contenção da inflação, por outro lado, favoreceu o processo de superexploração da força de trabalho, ao tornar sistêmica os altos índices de desemprego, e propiciar um excedente de mão de obra barata e precária.

Dando continuidade ao processo de privatizações da esfera estatal e da desregulamentação da economia que marcaram toda década de 1990, os Governos que sucederam Collor, Itamar Franco (1993/1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995/2002) foram unânimes no que tange o plano de Estabilização monetária sob a ótica ortodoxa do

neoliberalismo, colaborando para constante obliteração dos direitos trabalhistas e ataques às organizações sindicais da classe trabalhadora.

O Plano Real foi uma dessas propostas, que “associada a uma política de juros elevados e à compressão da massa salarial” (PORTO, 2009) colaborou para o processo de precarização das condições de trabalho e aumento de desemprego.

O Plano Real, de 1994, imprimiu uma significativa inflexão no processo de desenvolvimento capitalista no país, na medida em que estabilizou a moeda corroída pela hiperinflação crônica, alterando as expectativas dos agentes econômicos e, por conseguinte, a morfologia da economia real. É com o sucesso do Plano Real em estabilizar a economia brasileira que alterações estratégicas – e não mais defensivo-reativas – ocorrem nas empresas, num cenário de intensa concorrência dos múltiplos capitais. Nessa época, altera-se o ambiente de trabalho nas empresas (amplia-se, por exemplo, a disseminação de novas práticas de gestão sob o espírito do toyotismo e adotam-se novas tecnologias de produção). Instaura-se nas grandes empresas no país, o que denominamos de “toyotismo sistêmico”; além disso, como salientamos antes, altera-se, a morfologia das lutas sindicais das categorias de trabalhadores assalariados organizados, com a mudança de conteúdo da pauta da negociação coletiva. Com a estabilização monetária e a redução drástica da inflação, extingue-se a política salarial, colocando os sindicatos de trabalhadores diante de um menu reivindicativo centrado em demandas particularistas restritas à empresa (como, por exemplo, as negociações da PLR – Participação em Lucro e Resultado). É claro que o cenário de desemprego de massa coloca imensas dificuldades para a barganha sindical. (ALVES, 2009, p.193).

Diante desse cenário de políticas econômicas de cunho neoliberal que impactam sobremaneira o mundo do trabalho, é notável através de estatísticas do DIEESE, IPEA e IBGE o aumento exponencial do desemprego a partir da década 90. Mota (2008) afirma que essa tendência tem consolidando como uma condição para possibilitar a reprodução atual do capital, e como efeito: “o crescimento de uma camada da população trabalhadora que sofre de pauperismo e a miséria extrema é uma determinação cada vez mais presente na dinâmica do capitalismo contemporâneo” (MOTA, 2008, p.125). Nesta toada que a massa de desempregados do mercado formal, as pessoas com deficiência e idosos, desprovidos de rendimentos financeiros (salário) para prover suas necessidades básicas de sobrevivência reivindicam do Estado a garantia de direitos sociais, contemplados pela política de Assistência Social na CF 88 e pela LOAS.

No âmbito social, o Estado junto às agências multilaterais; organizações financeiras, o FED, FMI, Banco Mundial e Banco Central que controlam a economia financeira mundial, tem desenvolvido políticas sociais para os trabalhadores desempregados e pobres, com a clara

tentativa de apaziguar os ânimos da classe trabalhadora e "reorganizarem as formas de legitimação política e ideológica em torno das pesadas contradições do capitalismo atual" (MOTA, 2008, p.126).

Na perspectiva de manter a reprodução do sistema capitalista, Mota (2008) indica que as políticas sociais desenvolvidas pelo Estado após 1995, tem-se pautado na expansão dos programas de distribuição de renda mínima e oferta de cursos de formação profissionalizante, a referida autora descreve que;

- 1) as diversas formas de políticas de renda mínima que tem o objetivo de oferecer uma renda, alternativa à renda salarial, que se transforma em meio de subsistência para aqueles trabalhadores considerados pobres pela estatística oficial;
- 2) as várias políticas de formação profissional, que desenvolvidas por governos, centrais sindicais e instituições empresariais, tem possibilitado a qualificação contínua da força de trabalho disponível de acordo com as demandas do capital. (MOTA, 2008, p.126).

O que notadamente pode ser apreendido é o fato da implementação da Política de Assistência Social e a sua materialização política jurídica através da criação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 1993 inova ao propor proteção social aos cidadãos, como direito, não contributivo. Porém, uma crítica contundente, que cabe destaque é em relação a sua efetivação, considerando a focalização do acesso aos direitos sociais instituídos, ao invés da sua universalização assegurada pelo conjunto; às políticas de Saúde e Previdência que juntas compõem o sistema da Seguridade Social.

Os programas de renda mínima, como mencionado por Ana Elizabete Mota (2008), longe de serem ideais, expressam a focalização ao delimitar através de critérios seletivos a contemplação do acesso aos direitos, neste caso, se restringe aos considerados pobres pela estatística; excluindo as reivindicações e demandas dos trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho, mas que possuem renda insuficiente para garantir condições básicas de sobrevivência, como, alimentação, saúde e moradia.

Desta maneira o aumento desenfreado do desemprego tem aumentado a demanda por Assistência Social e colaborado para a perda de vínculos com a seguridade contributiva (MOTA, 2008), como é o caso do sistema previdenciário. Considerando que o desemprego é desencadeado pelo próprio sistema produtivo capitalista, sendo inerente a sua lógica de acumulação de capital, Mota (2008) orienta que o Estado capitalista ao propor através da assistência social ações com foco a integração ao mercado de trabalho e políticas

compensatórias de distribuição de renda mínima, tem possibilitado a reprodução da classe trabalhadora na perspectiva da reprodução do sistema capitalista.

Estes programas de renda mínima no âmbito da assistência social, colabora ao discurso de passivização da questão social (MOTA, 2008), de redundância da compreensão da questão social como sinônimo de desemprego, pobreza e diversas vulnerabilidades, tendo a perversa objetivação de naturalizar as contradições próprias do metabolismo de funcionamento do capital e alienar a classe trabalhadora desse processo contraditório.

Nesta perspectiva, a Assistência Social instituída como política de garantia à proteção social, vem a partir das prescrições neoliberais sendo descaracterizada de seu potencial, sendo utilizada como estratégia de dominação da elite rentista e como principal instrumento do Estado de enfrentamento da questão social.

A partir de colocações de Ana Elizabete Mota (2008) ao analisar a política de assistência social, indica a expansão dos programas de distribuição de renda nas gestões de FHC e principalmente nos governos petistas de Lula e Dilma, ambas gestões pautaram a política de proteção social nos programas de distribuição de renda como enfrentamento das expressões da questão social. Segundo dados do IPEA (2015, p.19)

Ainda que só com valores disponíveis a partir de 1995, pode-se afirmar que, em termos absolutos, o nível do gasto social federal cresceu em todos os anos até 2010. Todavia, isso foi mais marcante na década de 2000. Entre 1995 e 2003, o gasto passou de R\$ 234,0 para R\$ 343,3 bilhões em valores reais, um avanço de 46,7% em oito anos. Já entre 2003 e 2010, o gasto passou de R\$ 343,3 para R\$ 638,5 bilhões em valores reais (um avanço de 86,0% em sete anos). Tomando os limites de todo o período estudado, pode-se dizer que o gasto, como um conjunto, ampliou-se em nada menos que 172,9% entre 1995 e 2010. (MOTA, 2015, p.19).

Ao analisar a expansão dos gastos sociais com programas de distribuição de renda mínima, Mota (2008) indica que tem se tornando um instrumento de utilização do social pelo capital como pretexto para ampliar seu espaço de acumulação, a autora cita Maranhão (2006) que explica;

O aumento dos investimentos em uma política social para os pobres esconde a abertura de novos e lucrativos mercados de investimentos para o capital privado, em detrimento do serviço público. Assim é que, atualmente, a “inclusão dos excluídos” serve de discurso de legitimação para o avanço do capital sobre os ativos públicos e para o andamento das reformas neoliberais. (MARANHÃO, 2006 *apud* MOTA, 2008, p.137).

A afirmativa que fazemos é de que a Assistência Social enquanto política pública de

garantias de proteção social, deve ser vista como conquista das classes trabalhadoras e que tem como possibilidade a ampliação dos direitos sociais, qualificação dos serviços públicos e tensionamento ao pensamento contra hegemônico. É neste sentido que diante de cada conjuntura política e econômica, é necessária a compreensão individual, de tratamento próprio ao que lhe é atribuído, visando compreendê-la como parte do processo conquistado e determinado pelo desenvolvimento da sociabilidade capitalista, Estado e da luta de classes.

## CAPÍTULO 2. ULTRANEOLIBERALISMO E A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

O Neoliberalismo é fruto de uma gradual incorporação do privado dentro do estatal, que a partir do estabelecimento do comércio mercantil definiu o direcionamento que todos deveriam se guiar:

Não revelando o dinheiro aquilo que nele se transforma, converte-se tudo em dinheiro, mercadoria ou não. Tudo se pode vender e comprar. A circulação torna-se a grande retórica social a que se lança tudo, para ser devolvido sob a forma de dinheiro. Não escapam a essa alquimia os ossos dos santos e, menos ainda, itens mais refinados, como coisas sacrossantas... Henrique III, rei cristianíssimo da França, despojou os mosteiros de suas relíquias, para convertê-las em moedas. É conhecido o papel que desempenhou na História da Grécia o roubo, pelos Fócios, dos tesouros do templo de Delfos. Na Antiguidade, o deus do comércio morava nos templos. Estes eram os “bancos sagrados”. Os fenícios, povo mercantil por excelência, consideravam o dinheiro a figura transformada de todas as coisas. Era lógico, portanto, que as virgens que se entregavam aos estranhos, nas festas de Astarteia, ofertassem à deusa do amor o dinheiro recebido em pagamento. (MARX, 2014, p. 158 e 159)

Como se pode ver nada surge espontaneamente, os acontecimentos mais importantes são frutos de uma longa série de acontecimentos, muitas vezes determinados por pequenos grupos de homens dispostos a alimentar crises e guerras com o intuito de lucro.

A radicalização da política neoliberal, que compreendemos como ultraneoliberalismo tem impactado sobremaneira a qualidade dos serviços sociais públicos, em um processo de forte ataque à classe trabalhadora e das conquistas dos direitos sociais instituídos pela política de Assistência Social na constituinte de 1988. Neste capítulo é refletido as tendências da política de Assistência Social nas conjunturas políticas após os anos 2000, sendo esta marcada pelo neodesenvolvimentismo nos governos petistas de Lula e Dilma, e por fim pelo acirramento do ultraneoliberalismo dos governos de Temer e Bolsonaro, que demonstra sua faceta em tempos de uma pandemia global da Covid-19.

## ***2.1 A terceirização da política de Assistência Social***

A primazia do Estado neoliberal pelo culto a privatização do público e da constante precarização do trabalho, como é notável o aumento do desemprego, tem favorecido o processo de mercantilização dos direitos sociais. O que ocorre com a Assistência Social é uma espécie de terceirização, característica básica do neoliberalismo, onde a responsabilidade de ações sociais afirmativas passa a ser delegada à iniciativa privada, Organizações Não-Governamentais (ONG'S), Pastorais da igreja e iniciativa pessoal de grupos e entidades filantrópicas.

A prática do neoliberalismo submete as funções sociais do Estado ao cálculo econômico: uma prática não usual, que introduziu critério de viabilidade nos serviços públicos, como se eles fossem empresas privadas, para ordenar os campos da educação, saúde, seguridade social, emprego, pesquisa científica, serviço público e segurança sob uma perspectiva econômica. **(BAUMAN, 2016, p.28).**

O neoliberalismo força o Estado a renunciar suas prerrogativas no âmbito social e avançar rumo à privatização. Essa estratégia surgiu de um intrincado sistema econômico onde as ideias liberais de Adam Smith e a política do *New Deal* se chocaram no momento determinante, onde as elites econômicas do planeta se encontravam unidas com um único objetivo: usar a massa de trabalhadores desvalidos e falidos ao redor do mundo para enriquecer mais e consolidar sua hegemonia ideológica e política.

No Brasil, as políticas desenvolvimentistas do final dos anos 1970 e início dos 1980 criaram uma imensa estrutura de empresas estatais adquiridas pelo Governo militar, mas as reformas estruturais de justiça social diminuíram consideravelmente (BRESSER-PEREIRA, 2016). O fato é que a partir de 1984 o país entrou na crise da dívida, gerida pelo próprio sistema financeiro, ditando as políticas econômicas e sociais sob a lógica do mercado financeiro com a clara ganância da acumulação de capital.

A partir dos anos 1990 com a regulamentação da LOAS, a assistência social passa a atuar com status de política pública, mas em cenário de inflação alta e uma tendência global ao neoliberalismo. Nessa conjuntura, os defensores da política de assistência social passam a ter a missão estratégica de lutar pela garantia de financiamento público adequado e cobrar das autoridades o cumprimento das mesmas.

É verificável, através de estatísticas e pelos diversos autores que estão sendo referenciados neste trabalho, um gradual afastamento do governo da administração de

empresas estatais e um maior incentivo ao consumo imediato e ao empreendedorismo. No que se refere ao mercado de trabalho ainda, vimos no que se seguiu à década de 1980 a criação em massa da informalidade, que se tornou uma espécie de paliativo de sobrevivência da população.

Para o ideário neoliberal atual, é que todos podem empreender de alguma forma ou outra. O papel de cuidar dos pobres não é mais do governo, é das próprias pessoas. Nessa lógica, o encargo da assistência social passa a ser descredibilizado devido à constante exigência de que é possível encontrar algum tipo de ocupação, não importa o contexto.

Um exemplo do processo de terceirização dos serviços sociais públicos está na descrição das condições de trabalho de funcionários da Prefeitura de São José dos Campos<sup>10</sup>, conforme relato presente no trabalho de Assis (2011, p.53):

*(...) enquanto o profissional Fundhas (maior parceira da SDS tanto para recursos humanos quanto para operacionalização de serviços da assistência que deveriam ser oferecidos pelo poder público) eu e a maioria dos técnicos que estão nessa condição, de uma certa forma não podemos pleitear, requerer e nem mesmo nos beneficiar de vantagens oferecidas ao funcionário público, ou seja por mérito, por cargos ou por outros.*

*Penso que estamos vivendo um período em que nossa identidade profissional está se enfraquecendo, em função do modelo político assumido por este município e por outros que seguem a ideologia do partido político - PSDB. A dinâmica adotada neste modelo nos revela que “a identidade do profissional do serviço social [SS]” é atribuída pela classe dominante em função de sua ideologia política.*

*Os profissionais do SS, sem respaldo legal nenhum por não possuírem vínculo empregatício de servidor público, não se mobilizam, e aceitam qualquer condição que lhes são impostas para garantirem seus empregos. Este é um fator que considero fundamental para esta reflexão, pois tudo nos leva a crer que o salto qualitativo que o SS teve ao reconhecer como partícipe da história e parte integrante da classe trabalhadora, vem se esvaziando frente às ideologias vigentes na maioria dos municípios.*

*Exemplificando: Um assistente social da Fundhas que presta serviços à Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS), é convocado a assumir cargos*

---

<sup>10</sup> Segundo dados do IBGE, São José dos Campos, é um município do Estado de São Paulo- SP, tem População no último censo [2010] 629.921 e sua População estimada [2021] é de 737.310. Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2019] 3,5, Pessoal ocupado [2019] 217.547, População ocupada [2019] 30,1, Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010] 32,3. O PIB per capita [2019] 60.194,93.

*de coordenação ou outros, sem ter direitos aos benefícios que o assistente social concursado tem, apesar de desempenhar as mesmas funções que este. A ele não é permitido nem mesmo receber horas extras, e quando a secretaria vislumbra essa possibilidade, a aprovação ou não aprovação, fica a critério da Fundação para a qual ele não trabalha. Pode isso? (Margarida, em resposta ao questionário aplicado)*

Nota-se um desprezo evidente pelo(a) profissional assistente social e o conseqüente descaso com a política pública de Assistência Social. Fica patente que os serviços sociais públicos no Brasil formam espécies de castas, onde as altas escalas recebem bônus além dos tetos salariais, têm prerrogativas e privilégios e determinam as próprias leis que regem suas funções. Essa característica do neoliberalismo que se mostrava ainda tímida nos anos finais do governo Lula e início do governo Dilma, mostra atualmente sua face mais cruel.

A terceirização da assistência social através de fundações e cooperativas demonstram ainda como essas instituições não dividem os lucros, mas geralmente possuem cargos de diretoria e gerência com salários exorbitantes. A classe política dominante não deseja políticas de assistência social que institua direitos sociais, precisa de obras faraônicas e programas econômicos onde existem formas de beneficiar e ajustar contratos para empresas terceirizadas. O neoliberalismo se tornou um câncer dentro estado, onde em sua gênese o termo representava a atuação mínima do estado dentro da economia, se transformou na atuação máxima de interesses privados dentro do estado (MOTA, 2009)

Outro problema atrelado a terceirização é a subcontratação de outras empresas com salários cada vez mais baixos. O neoliberalismo gera uma mecanização geral da mão de obra, buscando uma otimização às custas de remunerações indignas e precárias, e muitas vezes sem nenhum benefício. Esse fenômeno se dá através da escolha que os governantes fazem para beneficiar quais instituições têm mais prerrogativas e privilégios, em outras palavras, o poder do lobby político produz no aparato legislativo leis que beneficiem empresas privadas de seus financiadores. (BAUMAN, 2006)

Por mais que as políticas compensatórias de distribuição de renda mínima do governo Lula se mostraram eficazes em reduzir a pobreza, retirou o Brasil do mapa da fome e facilitou a comunicação entre movimentos sociais, os verdadeiros donos do poder, os grandes empresários, se movimentam entre estados da federação e prefeituras, implantando sua ideologia política perniciosa: o neoliberalismo.

Entre as mais diferentes formas de subcontratação e terceirização, contratos temporários e parciais, entre outras modalidades de precarização de serviços sociais públicos,

se encontra a parcialidade total do poder público quanto às medidas de proteção do trabalhador. Enquanto os funcionários de alto escalão do governo se encontram com estabilidade e os mais diversos privilégios, o restante dos servidores estão na mais completa desolação. Em muitos estados os salários estão atrasados e os serviços cada vez mais terceirizados (ASSIS, 2011).

A questão principal que se encontra frente à tentativa de impedir a expansão das forças neoliberais dentro do Estado Democrático de Direito está em envolver o poder de políticos atrelados à iniciativa privada. O caso de São José dos Campos citado acima exemplifica como uma nova mentalidade de terceirização pode se formar como uma metodologia e, com o que vimos até aqui, podemos supor que se coloquem como tendência para municípios com características semelhantes. Por isso:

(...) Estudos recentes têm chamado atenção para a existência de duas modalidades de terceirização. A primeira, considerada mais virtuosa, consiste num instrumento de melhoria de qualidade, da produtividade, na medida em que inovações tecnológicas e organizacionais são transferidas para a empresa subcontratada e se difundem ao longo da cadeia. Na segunda modalidade, a terceirização ocorre com o objetivo central de redução de custos e, nesta medida, o que transfere às subcontratadas são os gastos, os riscos da produção e o custo da mão de obra. Neste caso, a exigência de preços baixos dá-se, muitas vezes, em detrimento da qualidade. E é nesta modalidade que alguns autores têm identificado como ‘terceirização tupiniquim’, que tem se generalizado no país com consequências danosas para os trabalhadores e trabalhadoras nela envolvidos (DRUCK, 2009, p.134).

O modelo de “terceirização tupiniquim” se tornou uma premissa de grandes empresas nacionais e multinacionais instaladas no Brasil, que têm desenvolvido ações sociais em detrimento da isenção fiscal, e tem possibilitado a mercantilização dos serviços sociais públicos, precarizando as condições de trabalho e a qualidade dos serviços. Essa prática extremamente neoliberal vai de encontro à tendência mundial (FIORE, 2014). A isenção fiscal concedida pelo estado a empresas privadas.

A determinação do neoliberalismo encontra suas principais fontes de força na flexibilidade do trabalho e das leis trabalhistas. A política de assistência social está entre os serviços de “segunda classe”, na qual infelizmente entram professores e funcionários da saúde. É possível observar facilmente no cotidiano que os únicos servidores públicos que têm importância e não tem salários reduzidos ou atrasados são aqueles que estão diretamente ligados às instâncias máximas dos três poderes. Enquanto salários de professores são congelados e se encontraram nos últimos anos (2019-2020), magistrados e outros membros do

poder judiciário recebem proventos milionários no estado de Minas Gerais (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA), serviços essenciais são negligenciados, terceirizados ou cancelados.

O exemplo citado acima, onde uma prefeitura impõe um regime de salários baixos, sem nenhum tipo de incentivo ou horários justos, além de precarizar os serviços com intuito de minar todo esforço público em relação à assistência social, colabora e opera mediante a manutenção da lógica neoliberal.

Na esperança de dias melhores, os esforços de diversas entidades sociais de caráter independente, como a Central Única das Favelas (CUFA), demonstraram como o fortalecimento dos movimentos sociais na primeira década do século XXI resultou em incontáveis ações populares de enfrentamento às consequências da epidemia de Covid-19. Por mais que o Estado esteja ausente nessas ações o fruto gerado pela coalização e fortalecimento das frentes populares reverberou nessa época terrível que o país se encontra nesse momento (2022).

A terceirização da assistência social no Brasil reflete a mercantilização dos direitos sociais típica do neoliberalismo. O papel do estado que consistia em socorrer os mais necessitados e garantir os direitos fundamentais passou a ser visto unicamente como fonte de lucro através do lobby político ou carreiras públicas que incluem inumeráveis bônus e privilégios.

A lógica de acumulação capitalista demonstra o desprezo da elite rentista que financia partidos e indivíduos e desejam a resolução apenas de seus problemas burocráticos. A classe trabalhadora se torna açoitada por impostos enormes e uma máquina pública que tem impossibilitando a efetivação do direito à assistência social e demais políticas que compõem o sistema da Seguridade Social.

Nessa mesma toada o aparato jurídico dispõe de todas as premissas básicas para o exercício da cidadania, mas a hermenêutica jurídica coloca o privilégio e a prerrogativa acima dos direitos fundamentais. As garantias elencadas no início da Constituição Federal são simplesmente ignoradas, o direito à assistência social, educação, moradia e segurança se tornam meros ideais insólitos.

O contexto atual demonstra que existem muito mais decisões de desapropriação de ocupações que políticas sérias de habitação, como o programa minha casa minha vida, que acabou desarticulado e abandonado (FIORI, 2014). Muito do que ocorre nas prefeituras

reflete o interesse das elites em articular recursos para licitações de obras momentâneas e eleitoreiras, que servem única e exclusivamente para beneficiar empresas privadas e o coronelismo local.

As estatísticas comprovam a austeridade fiscal de recursos destinados às políticas sociais, mesmo diante dos mínimos avanços conquistados nos anos 2000, a estrutura foi desprezada e a evolução alcançada não foi suficiente para conter o retrocesso 20 anos depois. Os trabalhadores brasileiros assistem impotentes a CLT em risco e os direitos constitucionais se derreterem em jurisprudências extravagantes e decisões enviesadas (FIORI, 2014).

O neoliberalismo surge do desprezo aos mais pobres, essa visão de mundo sugere que a responsabilidade de angariar recursos e sobreviver é do próprio indivíduo. A fórmula escolhida pelo pensamento neoliberal é de que atualmente qualquer um pode escapar do destino da pobreza e opressão através do conhecimento e do empreendedorismo (BAUMAN, 2016).

A terceirização dos serviços sociais no âmbito da política de Assistência Social, demonstram como certas profissões são desprezadas e delegadas a um nível hierárquico inferior, retratadas como “profissões de pobre” (DRUCK, 2009). O processo de desvalorização de determinadas atividades vem do mesmo preconceito neoliberal: o pragmatismo de escolher uma atividade mais lucrativa sem considerar os benefícios sociais de uma profissão dedicada à efetivação de direitos sociais, como é o caso do Serviço Social.

Dessa maneira, o neoliberalismo relega às políticas sociais uma mera característica de “esmola aos pobres,” se tornando um mero hobby das elites ajudar aos pobres. O intuito da terceirização passa a ser a desresponsabilização do Estado na garantia de direitos sociais, precarização da força de trabalho e o desestímulo contínuo para a escolha de certas profissões como o Serviço Social e cargos de servidores da educação básica (FIORI, 2014).

O terrível fantasma do neoliberalismo não tem nada a ver com o espectro que rondava a Europa no século XIX (MARX, 2015). O capitalismo moderno mostra uma face obscura que corrompeu a política e converteu estados inteiros em máquinas que destroem vidas para construir lucro. Os momentos de esperança gerados nas políticas compensatórias de distribuição de renda mínima aos pobres (considerados pela estatística sob critérios do BM) e desempregados dos mandatos do PT não se mostraram robustas o bastante para enfrentar o conluio político e jurídico que impregnou a classe política nessa década (2010-2020).

No próximo capítulo será evidenciado como o esforço político do governo Lula e Dilma alçou a política pública de Assistência Social aos programas de distribuição de renda e ao mesmo tempo conseguiu agradar as elites rentistas para angariar apoio político para aprovar as reformas propostas, dando continuidade às contrarreformas neoliberais.

## ***2.2 O neodesenvolvimentismo e a Assistência Social nos governos petistas***

A partir de 2002, após a quarta tentativa de candidatura, começou o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula). O partido dos trabalhadores (PT), fundado em 1980 por um conjunto de intelectuais de esquerda, políticos e um líder extremamente popular que demonstrou muito equilíbrio e liderança nos movimentos grevistas no ABC paulista no final dos anos 1970.

A eleição de um candidato de esquerda, pela primeira vez na história do país, demonstrou que o capitalismo e a democracia estavam consolidados no Brasil. A consolidação da democracia comprovou-se pelo fato de que, em nenhum momento, a burguesia e os partidos de direita pensaram em golpe de Estado para enfrentar o problema criado pela eleição de um presidente de esquerda. O Brasil já não era mais o país da oligarquia agroexportadora que jamais era derrotada, nem o país dos liberais autoritários que quando derrotados, pensaram imediatamente em derrubar o governo eleito. Em compensação, uma vez no governo, a coalizão política de esquerda em nenhum momento pôs em dúvida a lógica da propriedade privada e do lucro, limitando-se a reduzir a desigualdade. **(BRESSER-PEREIRA, 2016, p.353).**

Um presidente de esquerda eleito dentro de um país formado por uma democracia capitalista não estava livre da interferência da direita liberal. Por isso teve que firmar compromissos e abrir concessões mútuas (BRESSER- PEREIRA, 2016).

O primeiro programa governamental de interesse público em relação à política de Assistência Social foi o FOME ZERO. O projeto teve origem em 2003, com uma conjunção entre Ministérios, Estados e municípios com a participação da sociedade civil, esse programa obteve um enorme impacto midiático adquirindo simpatizantes de uma grande parcela da população, resultando em doações vultosas de celebridades, esportistas e empresários dos mais diversos setores da sociedade tanto no Brasil quanto em outros países.

A repercussão positiva do Fome Zero passou por uma intensa publicidade, se iniciando a partir do primeiro discurso público do presidente Lula, em outubro de 2002: “Se

ao final do meu mandato, cada brasileiro puder se alimentar três vezes ao dia, terei realizado a missão de minha vida” (COSTA, 2002)

O Fome Zero teve seu início oficial em Janeiro de 2003 e foi coordenado pelo Ministro José Graziano, o Ministério Extraordinário para Segurança Alimentar e o Combate à Fome no Brasil (MESA) foi criado a partir da implantação do novo programa e, no mesmo ano de 2003 foi extinto, dando lugar ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que unificou todos os programas de renda: o Fome Zero, os auxílios criados no governo FHC, como o bolsa escola, bolsa alimentação, auxílio gás e cartões alimentícios em um novo e único programa, o Bolsa Família (FIORI, 2014).

Inicialmente o programa beneficiou famílias pobres com renda mensal per capita de até R\$137,00 (  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo) e extremamente pobres, com crianças de zero a 15 anos ou gestantes, com renda mensal de até R\$69,00. O programa social Bolsa Família se tornou então um enorme sucesso no tocante a superação da situação de miséria de boa parte da população, apesar de aspectos neoliberais ainda limitassem sua atuação devido à exigências como comprovação de frequência escolar dos filhos de beneficiários do programa e da renda familiar igual ou inferior a  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo, além do valor baixo do investimento de financiamento da política em relação ao PIB: 0,72% (IPEA).

As premissas principais do programa bolsa família se constituíam pela busca do alívio para populações miseráveis através da simplificação do envio de recursos por meio de uma transferência direta de renda por um único mecanismo. Relegar o acesso ao programa através do incentivo à educação e reestruturação dos programas de saúde familiar para propiciar melhores condições de acesso desses serviços à população. E além, da criação de programas como fornecimento de registro civil, trabalho e renda, alfabetização de adultos e formação técnica de jovens (FIORI, 2014).

O delineamento desse processo se deu em consonância com os interesses da elite rentista. Mesmo no clima de aprovação popular, a estabilização econômica ainda oscilava, o desemprego permanecia latente, neste sentido, o programa Fome zero, demonstrou que:

Essa faceta do neoliberalismo emerge como resposta às lutas de movimentos sociais em todo mundo no início dos anos 2000 contra os efeitos perversos desse modelo econômico. Essas lutas impulsionaram a chegada ao poder de antigos representantes de partidos da classe trabalhadora, como Lula no Brasil e Tony Blair na Inglaterra. Esse ascenso de governos chamados progressistas, principalmente na América Latina, no entanto, não reverteu e sequer interrompeu a aplicação do receituário neoliberal em sua essência. Esses

governos, entretanto, apropriaram-se das pautas de reconhecimento que, associadas a políticas sociais focalizadas, cooptaram lideranças sindicais, feministas, de movimentos antirracistas e LGBTQs para formação de um novo consenso, o que Fraser (2016) chama de neoliberalismo progressista. **(BEHRING, 2020, p.104).**

Uma determinação que exemplifica este fato é o baixo valor do Bolsa Família no início do programa propicia apenas um auxílio, como complemento de outra atividade ou como socorro para momentos de instabilidade do trabalhador e desempregados. Segundo Mota (2008) Fica patente que a visão neoliberal permite apenas o benefício para as elites rentistas em detrimento da oferta de programas de distribuição de renda para a população pobre e desempregada.

Apesar das críticas, é importante ressaltar que os programas iniciais do governo demonstraram como a assistência social ganhou um novo relevo no cenário público e que de fato houve uma evolução jurídica da política com a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2004 e da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2005 **(BRASIL, 2022).**

Na economia, a tentativa inicial do presidente eleito foi restabelecer um novo pacto nacional e popular. Lula, como um exemplar político de esquerda, encabeçou campanhas e fez da própria imagem o seu cartão de visitas para formar acordos internacionais e atrair investimentos como se fosse um político liberal. As taxas de crescimento de seu governo apresentaram ao longo de dez anos números nunca vistos antes, mas o neoliberalismo se revestia através das elites rentistas que foram extremamente bem sucedidas no seu governo, enquanto as políticas públicas buscavam acabar com a fome e miséria, mostrando assim um paradoxo de desenvolvimento.

O Governo Lula deu prosseguimento (radicalizando) à política econômica implementada pelo segundo Governo FHC, a partir da crise cambial de janeiro de 1999: metas de inflação reduzidas, perseguidas por meio da fixação de taxas de juros elevadíssimas; regime de câmbio flutuante e superávits fiscais acima de 4,25% do PIB nacional. Adicionalmente, recolocou na ordem do dia a continuação das reformas neoliberais –implementando uma reforma da previdência dos servidores públicos e sinalizando para uma reforma sindical e das leis trabalhistas–, além de alterar a Constituição para facilitar o encaminhamento, posterior, da proposta de independência do Banco Central e dar seqüência a uma nova fase das privatizações, com a aprovação das chamadas Parcerias Público-Privado (PPP), no intuito de melhorar a infra-estrutura do país –uma vez que a política de superávits primários reduz drasticamente a capacidade de investir do Estado. Por fim, completando o quadro, reforçou as políticas sociais focalizadas (assistencialistas). **(FILGUEIRAS, 2006, p.186).**

O governo Lula (2002-2010) deixou confusas as elites conservadoras, decepcionou a esquerda mais radical, que saiu do PT e criou o PSOL, satisfez a esquerda reformista, foi visto como uma volta à ideia de nação pelos desenvolvimentistas de centro-esquerda, maravilhou o “povão” - a grande massa de trabalhadores pobres que garantiu sua reeleição em 2006 -, e alcançou popularidade no final de seu governo jamais vista anteriormente. **(BRESSER-PEREIRA, 2016, p.354).**

O contexto econômico e social demonstraram uma mínima evolução. Por mais que seja notado o fortalecimento de instituições voltadas à justiça social, como é exemplo a ampliação dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS). Os programas assistenciais foram unificados e a busca pela diminuição da desigualdade se tornou a principal bandeira nos anos iniciais de seu governo, apesar da visível “boa vontade” que a população brasileira via nos atos do presidente, a elite industrial e rentista ainda estava empedernida com o viés neoliberal e agia nos bastidores do governo que;

Durante os dois primeiros anos promoveu um ajustamento maior do que aquele que seria necessário, porque foi essa a maneira que encontrou para obter a confiança da burguesia e da alta tecnoburocracia. Aconselhado por um ministro da Fazenda oportunista e por um presidente do Banco central comprometido com o sistema financeiro internacional (Antonio Palocci e Henrique Meirelles), que controlava a inflação através da apreciação perversa da taxa de câmbio, fez tudo o que a coalizão liberal-dependente pedia, e certamente mais do que devia ter feito: elevou a taxa de juros e aprofundou o ajuste fiscal, embora a taxa de juros já fosse alta e o ajuste já viesse sendo feito desde 1999. A recessão de 2003 foi o reflexo dessa política. **(Idem, p. 355).**

Nos primeiros anos de governo, aconteceu o de praxe, as elites rentistas buscaram através de representantes no governo uma política de alta taxa de juros, o que enriqueceu ainda mais as organizações privadas. Após dois tumultuados anos de governo, o presidente mudou seus ministros, contava agora com Dilma Rousseff na Casa Civil, Guido Mantega no Ministério da Fazenda e Luciano Coutinho na presidência do BNDES.

Depois de um início de mandato que priorizou o programa social Bolsa família como carro-chefe do enfrentamento da questão social e ajustou a economia, o plano de reforma agrária foi posto em prática. Apesar do projeto não se mostrar tão amplo como estipulado na campanha, o II Plano Nacional de Reforma Agrária, formulado pelo Ministério da Reforma Agrária, levou a criação de programas que fomentam e desenvolvem as técnicas dos pequenos produtores (FIORI, 2014). O Pronaf, Programa Nacional de Agricultura Familiar, foi criado em 1995, mas a partir de 2003, foram criadas medidas compensatórias com intuito de equilibrar a coexistência com o agronegócio.

O sucesso econômico do governo Lula foi diretamente influenciado pelo avanço e desenvolvimento do agronegócio e novamente o presidente se viu obrigado a agradar os dois lados, pois mesmo incentivando e promovendo políticas sociais com o intuito de fortalecer os movimentos sociais, a economia precisava da exportação de commodities para manter a balança comercial com superávit (BRESSER-PEREIRA, 2016).

Mesmo diante da pressão neoliberal para favorecer o comércio internacional através do agronegócio, o Pronaf foi fortalecido com dois novos órgãos de apoio à agricultura familiar: O Programa de Aquisição de Alimentos em 2003 e o Seguro da Agricultura Familiar em 2004. Além da reestruturação do Programa Garantia Safra que foi criado em 2002 mas realmente efetivado em 2003. O presidente Lula conquistou uma parcela da população que se encontrava marginalizada e sem atenção política: os pequenos produtores. Mesmo diante da pressão elitista para atenção total ao agronegócio, o governo do PT conseguiu direcionar políticas públicas que tornaram o cotidiano da agricultora familiar mais viável.

A partir desse momento o país iniciou uma trajetória de altas taxas de investimento, devido principalmente a alta de preços das *commodities* exportadas e um aumento considerável do salário mínimo: 52% (IPEA).

Ao terminarem os oito anos de seu governo, a taxa de crescimento do PIB havia dobrado em relação ao governo anterior, mas não foi tão alta a ponto de justificar a “onda” que faziam os países ricos a respeito do “grande crescimento do Brasil”. Na verdade, essa era uma “recompensa” do *establishment* internacional pelo bom tratamento que suas empresas recebiam, e pela contínua apreciação do real que atendia aos interesses tanto de seus especuladores quanto de seus exportadores para o nosso país. (BRESSER-PEREIRA 2016, p.355).

Seguindo a proposta inicial do presente trabalho é possível perceber que do início dos anos 2000 até o final do primeiro governo em 2006 houve uma grande interferência de forças capitalistas nas decisões estatais. Apesar de grandes taxas de crescimento e diminuição da desigualdade havia nos bastidores da política um espectro neoliberal. Mesmo diante de um cenário econômico estável e índices elevados de aprovação, e da diminuição do desemprego real, o direcionamento dos atos governamentais, ainda, se encontrava nas mãos de lobistas da elite rentista e industrial do país. E nesta perspectiva que Sampaio Jr (2012) ao discorrer sobre o neodesenvolvimentismo, acaba por afirmar que;

O neodesenvolvimentismo revela o seu lado simplório e provinciano, apresentando-se como é: uma grosseira apologia da ordem. O método de ocultação sistemática do negativo e de exaltação acrítica do crescimento e da

modernização dos padrões de consumo como fins em si transforma o vício em virtude. (*idem*, p. 680).

É visível a todos que viveram na primeira década do século XXI que a principal característica do governo petista foi expandir os programas de distribuição de renda mínima. Ainda que muitas das decisões políticas foram pautadas pelo interesse capitalista da burguesia dominante, o investimento nas despesas sociais aumentou bastante, demonstrando uma mínima melhoria das condições de sobrevivência dos trabalhadores e trabalhadoras.

Contribuiu para a diminuição da desigualdade o aumento da participação das despesas sociais no PIB, mas esse aumento já vinha ocorrendo desde 1985...o aumento do gasto social para reduzir a desigualdade econômica existente no país sobreviveu e foi executado em todos os governos democráticos, exceto no governo Collor. Entre 1985 e 2010, as despesas sociais do Estado dobraram em termos percentuais, passando de cerca de 13,3 % em 1985 para 22,8% do PIB em 2009. (Dados do IPEA atualizados por Milko Matijascic [2011, p. 173]. Os aumentos foram de 0,23% para 1,09% para a assistência social, de 2,25% para 3,67% para a saúde pública, de 2,61% para 4,22% para educação e cultura, e de 5,71% para 7,30% para a previdência social). Além do aumento do salário mínimo real e do aumento das despesas sociais do estado, a ampliação do bolsa família contribuiu para diminuição da desigualdade social. (*Idem*, p.358).

O avanço do investimento em despesas sociais mostrou um grande êxito ao possibilitar minimamente o acesso dos trabalhadores ao consumo e superar a fome. Podemos frisar que o investimento em Assistência Social praticamente dobrou desde o início do processo de redemocratização até o final do governo em 2009. Em relatórios mais recentes é possível observar como o desenvolvimento social e econômico refletiu em estatísticas que demonstram como houve uma evolução da renda e qualidade de vida dos brasileiros, mesmo que no quadro de políticos e servidores muitos estivessem a serviço do neoliberalismo, o país conseguiu consolidar um mínimo de bem estar social;

Segundo o Banco Mundial, o Brasil conseguiu praticamente eliminar a pobreza extrema e fez isso mais rápido que seus vizinhos. Em seu relatório de 2014, o Banco ressalta que o número de brasileiros vivendo com menos de 2,5 dólares (cerca de 7,5 reais) por dia caiu de 10% para 4% entre 2001 e 2013. A renda domiciliar *per capita* da população brasileira aumentou 40,7% entre 2003 e 2011, taxa de 13,3 pontos superior à apresentada pelo PIB *per capita*, que avançou 27,7% no período. O índice Gini, que gira em torno de 0,60 na segunda metade dos anos 1990 e baixara para 0,58 em 2003, em 2009 reduz-se para 0,54. A participação dos salários no PIB, que subira com o Plano Real, cai em seguida, mas volta a crescer a partir de 2004, o que confirma o modelo de crescimento voltado para o consumo que caracterizou os governos do PT, que possibilitou ampla inclusão social, mas revelou-se insustentável, como bem demonstrariam as baixas taxas do Governo Dilma. (*Idem*, p. 359).

Esta mesma tendência de investimentos em programas de distribuição de renda mínima buscando acabar com a fome e pobreza, foi deliberadamente continuada pela presidenta Dilma Rousseff que ao criar o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) os seus objetivos “não se centram numa pauta de expansão dos aspectos mais progressistas de uma política social que compõe a seguridade social, mas sim em tornar esta política num espaço de execução de programas, benefícios, projetos e ações que visam intensificar a estratégia de “combate à pobreza”, pela via da focalização e da seletividade” (SILVA, 2018)

Contudo, é importante destacar que durante a gestão dos governos Petistas a implantação de programas de cota para universidades, garantiu acesso da população mais vulnerável, consolidando bases jurídicas de avanço no que tange a inclusão da população negra e indígena nas universidades públicas. Mas por mais que existisse um clima de progresso social permeando toda a sociedade, os bastidores do poder econômico se encontravam dentro de uma manobra neoliberal sempre coordenada pelo imperialismo americano.

O governo Lula esmerou-se em buscar o apoio não apenas dos empresários, mas também do sistema econômico-financeiro internacional. Por isso, assim que ficou claro que o novo governo não ameaçaria os interesses dos investidores e das empresas multinacionais, Lula passou a receber elogios de Washington e de Nova York. O Norte dedicava-se, assim, ao processo clássico de cooptação das elites econômicas e políticas dos países em desenvolvimento às quais procura se associar, repetindo a estratégia de todos os impérios de se associar à elite local e subordiná-la. Concorrentes que são do Brasil, os países ricos estavam naturalmente satisfeitos, já que seus interesses estavam sendo atendidos. (*Idem*, p.360).

A economia brasileira aparentava estar saudável mesmo diante de um cenário de incertezas internacionais. Durante os anos iniciais do segundo mandato, o país experimentou crescimento econômico e social, mas uma nova crise especulativa se formou nos mercados internacionais.

A política neoliberal aplicada pelos investidores internacionais encontrou no Brasil uma união de fatores que favoreceu a aplicação de recursos no país. Mas como no capitalismo a lógica de sucesso gira em torno da vantagem econômica, o contexto político de apoio da população às decisões governamentais criou um cenário propício ao lobismo exacerbado e ao viés neoliberal de levar vantagem mediante informações privilegiadas e interferência no mercado através do Banco Central, o interesse dos países ricos em lucrar com a política brasileira consistia principalmente:

(1) que a taxa de juros seja alta para remunerar seus capitais especulativos; (2) que a entrada e saída de capitais seja livre, de forma a poderem nos emprestar capitais a juros altos; (3) que os investimentos de suas multinacionais sejam considerados necessários, e, portanto que haja um déficit em conta-corrente que possam financiar com seus investimentos diretos, com direito à entrada no país e capturar o mercado interno sem condições de transferência de tecnologia, e sem que tenham de oferecer seu mercado interno em reciprocidade (como acontece entre os países ricos); (4) que a taxa de câmbio se aprecie gradualmente, porque assim, além de os especuladores externos ganharem com os juros elevados, ganham também com a apreciação, a taxa de câmbio permaneça cronicamente sobreapreciada, o que permite que as remessas de lucro das multinacionais para suas matrizes sejam maiores, e que as exportações provenientes do Norte também sejam maiores. *(Ibidem)*

A política econômica depende diretamente da taxa de apreciação de uma moeda em relação ao dólar. Apesar dos significativos avanços sociais, o governo propiciou um paraíso especulativo para os investidores estrangeiros, o problema dessa interação é que o poder que a moeda americana tem não pode ser contido por apenas “boa vontade”. Como foi demonstrado nos capítulos anteriores, as crises globais têm interferência direta do Banco Central Americano (**FED**) que controla o FMI que por sua vez determina as políticas do Banco Mundial. Mesmo diante da fomentação dos direitos humanos, sociais e da liberdade democrática, a mentalidade neoliberalista dos detentores do poder se sobrepõe a qualquer iniciativa que tenha como valor principal a justiça social.

O tipo de neoliberalismo que pairava nos bastidores da política internacional era velado, e por mais que conceito tenha diversos significados, nesse contexto a interpretação principal era que ele significava a imersão dos grandes investidores na administração pública da economia estatal. O que estava por vir era mais uma grande crise econômica que foi responsabilidade total de uma entidade que acabou por colapsar até o espetáculo de crescimento da primeira década do século XXI no Brasil: a elite rentista e financeira.

Quando o governo Lula terminava seu sexto ano, irrompeu a Crise Financeira Global de 2008 - uma crise maior do capitalismo neoliberal, semelhante à crise desencadeada em 1929. Uma crise de um capitalismo rentista e financeirizado e da teoria econômica neoclássica que o legitimava. Uma crise que decorreu da desregulação dos mercados financeiros e da especulação frenética que levava à formação de sucessivas bolhas de ativos - ações, imóveis, créditos. Uma crise que teve origem no centro do capitalismo rentista, nos Estados Unidos. *(Idem, p. 361)*.

A soma de diversos fatores econômicos levou a grave crise em 2008, crise que como pontuamos acima é intrínseca à lógica de financeirização da economia, e que possibilita as estratégias necessárias ao processo contínuo de acumulação de capital. Apesar de não atingir tão fortemente o cotidiano dos brasileiros no primeiro momento, fomentou um desgaste

financeiro no controle fiscal das contas públicas e financiamentos privados. Mas a questão fundamental era o fato dessa crise ser uma modificação do sentido e significado da palavra neoliberalismo. Quando os governos destinaram subsídios públicos para salvar diversas empresas do ramo bancário e imobiliário nos Estados Unidos, o fato era que essa crise foi criada e mobilizada pelas próprias forças que determinavam o poder.

Os mesmos controladores do **FED**, empresas privadas que determinavam as políticas econômicas, foram os principais beneficiados, como a agência Goldman Sachs (BANDEIRA, 2017). Confirmando assim uma situação absurda, conforme destaca José Luiz Fiori (2004, p.15): “o paradoxo absolutamente inexplicável do ponto de vista de todas as teorias existentes sobre as lideranças ou hegemonias mundiais: a descoberta de que as principais crises do sistema foram provocadas pelo próprio poder que deveria ser seu grande pacificador e estabilizador”.

Apesar do impacto inicial não se mostrar no cotidiano da população, era fato notório que havia uma conexão financeira entre empresas que se endividaram em dólar no Brasil devido ao ambiente favorável de investimento cambial (FIORI, 2004). As decisões do Banco Central eram tomadas ainda por economistas ortodoxos ainda empedernidos de liberalismo clássico que estudaram na FGV, e bem adaptados ao neoliberalismo que pairava naquele horizonte.

O que ocorreu nesse contexto gerou uma cadeia de acontecimentos, com a deterioração dos investimentos estrangeiros que culminou na crise democrática a partir de 2014. As taxas de juros continuaram aumentando até janeiro de 2009 (FIORI, 2014), pela razão evidente dos poderes especuladores da elite rentista que determinava as decisões do Banco Central, esse fato contribuiu para que o crescimento do PIB estagnasse neste ano e a produção industrial demonstrou forte queda;

Em compensação, o Ministério da Fazenda realizou uma política fiscal anticíclica, reduzindo os impostos e aumentando o gasto público. Com esse objetivo, reduziu os impostos dos setores de baixa renda, ampliou a abrangência do Bolsa Família, reduziu a carga tributária sobre a indústria automobilística, lançou o grande programa de habitação popular subsidiada, Minha Casa Minha Vida, e reduziu a meta de superávit primário. Além disso, não obstante a falta de cooperação do Banco Central, logrou intervir no sistema monetário ao promover a capitalização do BNDES no valor de R\$100 bilhões, ao aumentar os recursos para financiamento das exportações e ao determinar o aumento dos empréstimos dos bancos oficiais. (*Idem, p.365*)

Como pode ser observado, estas ações atenderam os interesses micro e macroeconômicos da elite rentista. O quadro econômico de qualquer país está vinculado ao dólar, e os donos dessa moeda também definem as políticas públicas direto e indiretamente. A taxa de câmbio do Banco Central somada à desvalorização da moeda criou uma herança maldita para o governo seguinte. Mesmo diante do notável investimento em programas de distribuição de renda, dobrando o investimento em assistência social em relação ao início do processo de redemocratização, a face cruel do neoliberalismo das elites rentistas sempre cobram o preço do crescimento. Os fatores que levam à desestabilização das contas públicas refletem de maneira mais agressiva na camada mais pobre da população, o capitalismo gera bolhas de ilusão, como ocorrido na década mais épica que a democracia brasileira demonstrou.

A ideologia burguesa e capitalista das elites rentistas criou um espectro especulativo que se alimenta do caos e da crise, as crises econômicas recentes foram notadamente um jogo de cartas marcadas em torno do câmbio internacional do dólar (FIORI, 2014), uma moeda que foi imposta pela aristocracia máxima do domínio intercontinental que define o destino de nações do mundo inteiro.

A história em torno dos mandatos dos governos petistas se definem em atos dramáticos, cheio de espetáculos e bastidores obscuros. O próprio termo neoliberalismo foi libertado de uma definição e se transformou em uma conceito mutante, fenômeno típico da época pós-moderna (HARVEY, 1984). O liberalismo clássico do deixar fazer de Adam Smith foi se adaptando com o tempo aos interesses privados. Os incentivos fiscais e programas no âmbito da política de assistência social e moradia elevaram minimamente a qualidade de vida da população nos mandatos de Lula e Dilma, mas “diferente dos laudatórios discursos sobre um suposto neodesenvolvimentismo e uma mítica “nova classe média”, não ultrapassamos uma espécie de neoliberalismo de cooptação” (CISLAGHI, 2020 *apud* BEHRING, 2020, p.104).

### ***2.3 Ultraneoliberalismo e a política de Assistência Social na contemporaneidade***

O cenário político dos últimos anos demonstraram a face mais cruel do neoliberalismo, podemos dizer de sua radicalização ultraneoliberal dos governos ilegítimo de

Temer, que rapidamente se prontificou em aprofundar as contrarreformas de ajuste fiscal e Bolsonaro, eleito democraticamente, encarnação perfeita do ultraneoliberalismo e no atual momento em que a humanidade foi açoitada por uma crise mundial de Covid-19 e pelo regime ultraneoliberal, inimigo da democracia e dos direitos sociais instituídos pela CF 88, permanecendo até então aliado aos interesse da elite rentista e financeira.

Entendemos por ultraneoliberalismo essa mais recente forma do neoliberalismo, que não se resume ao Brasil, pois pode ser observada em vários países no mundo. A maioria dos autores do campo crítico, adotando ou não esse termo, concordam que o neoliberalismo sofre uma inflexão que aprofunda seus pressupostos, como consequência da crise financeira de 2008. (BEHRING, 2020, p.106).

Através de uma conjunção de fatores econômicos deflagrados pela crise do sistema capitalista em 2008 e interesse de grandes grupos lobistas no congresso houve um golpe parlamentar para tirar um presidente eleito do governo. Todos que têm algum interesse pelos meandros políticos que determinam o comportamento do governo conhecem os interesses escusos por trás dessa manifestação de poder. O que ocorreu depois foi que o remédio usado para combater o “mal” que o governo passado gerou se mostrou um veneno muito mais prejudicial:

O novo governo Temer, instalado em 12 de maio de 2016, mostrou ser um governo em nada melhor do que o anterior em termos de padrões morais de seus principais líderes, e fortemente de direita, seja por sua composição, seja pelas diretrizes políticas adotadas pelo novo presidente. Uma direita que, ao extinguir os ministérios da Reforma Agrária, das mulheres e dos Direitos humanos, mostrou o pouco interesse que tem pelo povo e as minorias; uma direita empenhada em reduzir o gasto social do governo em educação, saúde e previdência social, apresentando como justificativa para isso a tese sem cabimento que a principal crise de 2015 decorria de um desequilíbrio fiscal “estrutural”; uma direita que não quer pagar impostos e, assim, resolve este e todos os outros problemas econômicos através do ajuste fiscal; uma direita desvinculada da ideia de interesse nacional, e, portanto, que acredita contra toda evidência que quanto mais o país receber investimentos de multinacionais, melhor; uma direita rentista, para a qual uma taxa de câmbio apreciada é algo muito atrativo; uma direita financista, para qual juros reais muito elevados fazem parte da natureza das coisas (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 382/383).

Como se pode ver o governo ilegítimo de Temer se mostrou adepto ao ultraneoliberalismo, pautado apenas em resolver os “problemas econômicos”, gerados pelas próprias crises do sistema financeiro e rentista. O que ocorreu foi o aprofundamento das políticas de ajuste fiscal, mantendo a perversa ideia de “estabilidade econômica a qualquer custo” (BEHRING, 2020) que vem sendo realizado desde 1990.

O resultado desse regime fiscal gerou um processo gradual de deterioração das condições de trabalho das classes trabalhadoras, da seguridade social, e somente colaborou para “sinalizar ao mercado um ambiente de negócios que assegura “*trabalhadores livres como os pássaros*” para aceitarem qualquer trabalho precarizado; e, de outro lado, assegurar o saque ao fundo público, como um suporte imprescindível para o grande capital em tempos de crise” (BEHRING, 2020, p.105). Dentre as principais contrarreformas implementadas pelo governo Temer, podemos destacar;

Dentre outras, tivemos: a contrarreforma trabalhista que estimula a terceirização e precarização generalizadas do trabalho no país; a aprovação da Emenda Constitucional 95, que praticamente congela os gastos primários do governo federal fazendo com que sejam corrigidos apenas pela variação da inflação do ano anterior (em tempos de deflação e paralisação da atividade econômica) e preserva a dívida pública, a grande gambiarra de recursos públicos; e a Emenda Constitucional 93, que estendeu a desvinculação de recursos pela DRU até 2023 e a ampliou para 30%, também para estados e municípios. (BEHRING, 2020, p.105)

Tais contrarreformas mencionada por Behring (2020) impulsionaram o processo de acirramento do desmonte do estado na oferta de políticas sociais e dos direitos trabalhistas, a contrarreforma trabalhista aprovada pela Lei 13.467/2017 (Agência Senado, 2018), precariza ainda mais as condições de trabalho das classes trabalhadoras. A proposta de adequação da nova Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) ao regime flexível de relações de trabalho garantem ao empregador autonomia na relação contratual, jornada de trabalho e negociação de salário. Neste sentido a adequação seria a consolidação de uma classe do trabalho flexível e superexplorada, que aceite qualquer proposta de empregos insalubres e precários próprios do mercado de trabalho atual.

A Emenda Constitucional (EC 95/2016) do novo regime fiscal, altera o teto de gastos com serviços primários por 20 anos, afetando os investimento de financiamento da Seguridade Social, paralelo a esse acirramento do ajuste fiscal a Emenda Constitucional (EC 93) aumenta de 20% para 30% a Desvinculação de Receitas da União (DRU), ou seja, o Estado tem autonomia para desvincular receitas que poderiam ser aplicadas nas políticas de saúde, assistência social e previdência social, importante destacar que o DRU vem sendo saqueado desde sua implementação em 1994 (BEHRING, 2020).

Notadamente se percebe o desprezo ou afastamento do Estado na oferta de serviços públicos que têm permitido a deterioração dos direitos sociais instituídos pela CF 88. Além disso, “Temer propunha ainda uma contrarreforma da previdência, mas não teve correlação de

forças para avançar, sob uma saraivada de denúncias de corrupção” (BEHRING, 2020, p.105).

Após dois anos de um governo ilegítimo e inimigo da classe trabalhadora, a vitória de Bolsonaro nas urnas nas eleições de 2018, “fundada num ambiente antidemocrático, com a prisão de Lula e as fakenews” (BEHRING, 2020, p.105) que foi investigado e comprovado pelo STF demonstraram que o ultraneoliberalismo estava consolidado no país.

Ao assumir a presidência Bolsonaro e seu super ministro liberal Paulo Guedes deram continuidade, radicalizando às políticas fiscais implementadas por Temer, o que Behring (2020) considera como o mais recente e drástico ajuste fiscal permanente, e também aprovou a contrarreforma da Previdência Social pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC 06/2019) que dentre as mudanças, destacamos o aumento do tempo de contribuição, idade mínima, o que dificulta e em muito casos extingue o acesso a aposentadoria das populações mais vulneráveis, principalmente em um país marcado pelas altas taxas de desemprego e informalidade.

A tendência Ultraneoliberal não arrefeceu mesmo diante do cenário global da pandemia da Covid-19, pelo contrário se potencializou. O comportamento de políticos e lobistas piorou ainda mais. O comportamento das elites se tornou ainda mais radical. O fato é que a tendência é muito difícil de ser contida, o que ocorre no Brasil vai de encontro às políticas adotadas pelos países ditos desenvolvidos, os mesmo que determinaram as políticas do estado de bem estar social e que no atual momento querem sua extinção.

O infortúnio da pandemia de Covid-19, que teve início em 2020 no país, revelou um cenário ainda pior de crise e recessão forçada. Os dados são desesperadores e preocupantes: mais de 529 milhões de casos, 6,29 milhões de mortes, no Brasil mais de 31 milhões de casos e 666 mil mortes (JHU CSSE, 2022). “Os dados que emergem com a pandemia, contudo, revelam mais do que uma mera crise sanitária e desnudam a bárbara condição de desigualdade socioestrutural, aprofundada pelo ultraneoliberalismo, que se aliou, a partir de 2019, ao neofascismo no Brasil” (Mattos, 2020 apud Behring, 2021, p.68).

O ultraneoliberalismo é reforçado também por um reacionarismo violento — neofascista —, que se evidencia em discursos e ações de criminalização das lutas sociais e do pensamento de esquerda, que fortalece o negacionismo e persegue a autonomia da pesquisa, da formação e da produção de conhecimento, com ataques virulentos contra as universidades públicas. O conservadorismo moral negligencia os direitos humanos e as conquistas civilizatórias no campo da cidadania constitucional. A investida contra os

direitos conquistados pelas mulheres na forma de crítica à “ideologia de gênero” se adensa com uma profunda LGTBfobia, manifestações racistas e destruição da vida dos povos originários. A militarização do governo “democraticamente” eleito conduz cada vez mais as ações governamentais, com 6.157 militares da ativa e da reserva em cargos civis, segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), mais que dobrando essa presença em relação ao governo Michel Temer, que chegou a ter 2.765 militares em cargos federais.(BEHRING, 2021, p.73).

Desde o primeiro momento de eclosão da pandemia, o governo ultraneoliberal e neofacista de Bolsonaro demonstrou total desprezo a vida da população, negando até o momento a gravidade da doença, e os seus impactos sobre as camadas mais vulneráveis, incentivou aglomerações que violaram as exigências da Organização Mundial de Saúde (OMS) e demais entidades sanitárias, e também o uso de medicamentos sem comprovação de eficiência contra a doença, como exemplo o uso da proxalutamida.

Este cenário atípico e bárbaro de pandemia de Covid-19 intensificou a crise econômica e social, segundo Behring (2021) provocou a paralisação forçada da produção, distribuição e troca de mercadorias, o que inevitavelmente provocou a crise, confirmando pela lei geral de acumulação, ou seja, “quando as mercadorias não estendem seu olhar lânguido ao dinheiro e as metamorfoses entre D-M-D’ são inviabilizadas, impõem-se as tendências de crise, com mercadorias e dinheiro em alqueive: crise de superprodução e de superacumulação” (BEHRING, 2021, p.69).

Como mencionamos anteriormente, as crises estruturais funcionam como principal mecanismo para o aceleramento das contrarreformas do Estado para atender os interesses da elite financeira e rentista, a pandemia de covid-19 tem demonstrado isso, e como impacto as populações mais vulneráveis, às classes trabalhadoras sofrem pela precarização das relações de trabalho, desemprego estrutural, queda de salários, pobreza e fome.

Segundo dados do IBGE (2022) a taxa de desemprego no 1º trimestre deste ano é de 11,9 milhões e ainda dados da Rede Penssan (2020) indicam que 19 milhões de pessoas estão assolados pela fome, esses dados podem ser visível na grande mídia que diariamente tem mostrado pessoas nas filas de açougue a procura de restos, ossos; que antes eram descartados. “Esse dramático número encobre a condição de desigualdade de gênero e raça que atinge as mulheres e negros(as)” (BEHRING, 2021, p.74), correspondente a maioria da classe trabalhadora.

O contexto atual de ajuste fiscal permanente tem acelerado o acirramento dessas contradições inerente à lógica capitalista, as políticas de assistência social nunca se viram tão urgentes e ao mesmo tempo tão pouco valorizadas. O incentivo ao consumo imediato e o apelo constante ao empreendedorismo criou um oceano de informalidade que foi atingido em cheio pela pandemia. O resultado está visível aos olhos de todos, os resultados das gigantescas campanhas de arrecadação de alimentos por entidades não governamentais não foi suficiente para resolver a fome da população.

E paralelo ao caos social e econômico, o Governo tem se empenhado no desmantelamento de ministérios importantes como é exemplo a extinção do ministério do Trabalho em 2019, e sua recriação em 2021 com clara tentativa de desqualificar a importância de um órgão responsável pelos direitos do trabalho, e a extinção do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) causou a desorganização da coordenação de políticas voltadas para o combate à fome, e a imensa carência de recursos e logística para levar o atendimento necessário a quem realmente precisa.

O que foi observado no atual governo do Presidente Bolsonaro foi um retrocesso político que beira o absurdo. Nenhuma reforma administrativa realmente relevante foi feita, enquanto bilhões são gastos em emendas com orçamento secreto e fundos partidários, ou seja, a velha política tão combatida em campanhas políticas se mostrou ainda pior do que estava.

Com o advento da pandemia de Covid-19 o castelo de cartas da informalidade e desemprego estrutural demonstrou sua fragilidade. Os anos dos últimos governos representam retrocessos em todos os aspectos: políticos, institucionais, jurídicos e sociais. A mentalidade ultraneoliberal cresceu a tal ponto que a ilusão de que as instituições públicas ainda cuidam dos pobres se transformou em esmola política para as eleições de 2022. Um exemplo que ilustra esse fato, são os diversos programas de renda mínima no âmbito da Política de Assistência Social; Auxílio emergencial e Auxílio Brasil, somente garantem a reprodução da classe trabalhadora em detrimento dos interesses do capital, ou seja, demonstra incapacidade do modo de produção capitalista de gerar o pleno emprego e garantir direitos trabalhistas (BEHRING, 2021).

Os programas assistenciais de “transferência de renda” são estratégias político-econômicas importantes para garantir minimamente a sobrevivência de trabalhadores(as), de modo a garantir sua disponibilidade para a exploração; para assegurar um fluxo básico de consumo, evitando um curto-circuito na rotação do capital, e para controlar socialmente o pauperismo e os comportamentos das “classes perigosas”.(BEHRING, 2021, p.79).

Os programas assistenciais implementados por Bolsonaro, longe de resolverem as expressões da questão social que são inerente a lógica de acumulação capitalista, viabiliza mecanismos ao aumentar os recursos da Assistência Social, através da "transferência de renda" segundo analisa Behring (2021) o aumento pode ser explicado pelo corte de recursos de outras políticas, como a saúde e educação.

Fica evidente que os recursos do auxílio emergencial drenam recursos do Fundo Nacional de Assistência Social, especialmente dos investimentos nos serviços socioassistenciais, que tiveram agressiva redução de 38,6% entre 2012 e 2018, com a participação no FNAS caindo de 5,6%, em 2012, para 2,8%, em 2019, o que se agravará em 2020. Também vem ocorrendo perda gigantesca de recursos dos programas, projetos e ações da gestão do Suas, com redução de 15,5% entre 2012 e 2018 e diminuição de sua participação no FNAS de 0,8%, em 2013, para 0,4%, em 2018. **(BEHRING, 2021, p. 80-81).**

Está mais do que claro que o aumento de recursos da assistência social no contexto de pandemia, favorece os interesses da elite rentista e financeira exatamente por colaborar com o processo de acumulação. O Estado tem viabilizando ao grande capital a expropriação do fundo público em detrimento da perversa destruição dos direitos sociais e da constante superexploração da força de trabalho, tornando-a totalmente submissa e passiva ao contexto mundial de hegemonia do capital.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar e discutir a trajetória de implantação e efetivação da Política de Assistência Social brasileira na perspectiva da totalidade das relações sociais determinadas pelo modo de produção capitalista, foi possível adquirir um conhecimento que possibilitou refletir com mais clareza sobre o objeto de estudo.

Para tanto, fomos subsidiados por um arcabouço teórico crítico, que nos nortearam nas análises aqui suscitadas. Partindo da teoria social de Marx, e de seu método materialismo histórico dialético, percebemos que o modo de produção capitalista é pautado na divisão social do trabalho, pela apropriação dos meios de produção e da riqueza socialmente produzida, a “mais valia” nos termos de Marx, pelos capitalistas.

Partindo dessa determinação fundamental, a demanda por Política de Assistência social tem relação intrínseca com o modo de inserção do cidadão no processo produtivo e nas formas assumidas pela produção de mercado. E como pautamos as expressões da questão social, surgem desse processo de contradições entre capital x trabalho, sendo inerente a lógica de acumulação capitalista, como expressões temos o desemprego, pobreza, fome, miséria.

É exatamente nesse cenário que as classes trabalhadoras emergem na cena política, exigindo do estado a garantia de direitos sociais e leis trabalhistas. O reconhecimento do Estado das expressões da questão social como questão de política, “embora não possa ser tomado ao pé da letra” como descreve Santos (2008), em face do caráter repressor e reacionário da burguesia brasileira (MOTA, 2008). De imediato o tratamento atribuído às expressões da questão social se dá pelo caráter repressor, assistencialista, permanecendo até os dias atuais, em diferentes conjunturas políticas.

Após mais de 20 anos de uma ditadura civil militar, o processo de redemocratização que foi impulsionado pela luta e movimentos sociais das classes trabalhadoras marcou a esperança de garantia dos direitos sociais. Com a instituição da CF 88, o Estado democrático de direito instituiu a Seguridade Social, sendo formado pelas trípticas políticas de Assistência Social, Saúde e Previdência Social.

A institucionalização da Assistência Social como política Social pública deve ser vista como uma importante conquista das classes trabalhadoras, porém ela assume centralidade ao surgir como interventora nas expressões da questão social, neste sentido se fez necessário sua

compreensão dentro da dinâmica de totalidade do modo de produção capitalista e de suas determinações frente a conjuntura política que a opera.

As discussões e reflexões apresentadas nesse estudo, teve como objetivo abrangente refletir criticamente os impactos da radicalização da política neoliberal na política de Assistência Social e sobre o conjunto das classes trabalhadoras, compreendendo que estes impactos são determinados pela própria sociabilidade capitalista que opera mediante sua lei de acumulação. Neste sentido, os avanços do Estado de bem estar social, que marcou os anos do pleno emprego nos países centrais e o surgimento de direitos sociais não foram capazes de conter a avassaladora crise que desencadeou na reestruturação produtiva do capital combinada ao avanço dos ajustes neoliberais, que seguem desde 1990 no Brasil, se aprofundando e radicalizando como sua mais nova denominação ultraneoliberal dos dias atuais, manifestada pelas sucessivas contrarreformas do Estado.

É importante destacar, que as crises do modo de produção capitalista é transferida também para esfera do Estado, como sendo crise do Estado (BEHRING, 2020) neste sentido, o Estado neoliberal para assegurar o processo de acumulação capitalista, tem possibilitado os meios necessários para reestruturação capitalista e acelerado as contrarreformas ultraneoliberal.

Como foi demonstrado neste estudo, a reestruturação produtiva trouxe novas determinações tais como: flexibilização da força de trabalho, precarização e destituição da CLT gerando o desemprego estrutural, fome e miséria. Seguindo esta mesma toada as contrarreformas neoliberal e ultraneoliberal sobre a justificativa de “estabilidade econômica a qualquer custo” tem impactado no desmonte das fontes de financiamento da Política de Assistência Social, impondo a terceirização e os diversos programas de distribuição de renda mínima focalizado e seletivo que colaboram com a manutenção da lógica capitalista.

Neste sentido compreendemos que os desafios para a consolidação de uma Política de Assistência Social consistente, universalizada deve ser uma luta constante, em que se faz necessário a defesa do Código de Ética do Serviço Social e dos espaços de luta da classe trabalhadora o que possivelmente possibilitará a ruptura dessa sociabilidade capitalista para a construção de uma sociabilidade mais justa e igualitária. “O momento é mais decisivo do que alguns gostariam de acreditar. Só governos fracos são violentos. Eles têm de vigiar todos os poros, pois sabem que seu fim pode vir de qualquer lugar. (...) O que se contrapõe a nós é fraco e desesperado. Ele cairá. É hora de fazê-lo cair” (CENTELHA, 2019, p.13).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Selma Maria de. O processo de terceirização do trabalho do assistente social nos serviços públicos. Tese (mestrado em serviço social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17561/1/Selma%20Maria%20de%20Assis.pdf>. Último acesso em 30/05/2022.

ACCARINI, André; MUNIZ, Marize; MELIN, Tatiana. Entenda os 10 piores pontos da reforma da Previdência de Bolsonaro. REVISTA CUT - CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES NOTÍCIAS. Publicado: 01 Março, 2019 - 13h33. Última modificação: 13 Março, 2019 - 16h35. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/entenda-os-10-piores-pontos-da-reforma-da-previdencia-de-bolsonaro-99fe>. Acesso em: 30/05/2022.

ALVES, Giovanni. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial. Revista Katálysis, v. 12, p. 188-197, 2009.

ALVES, Giovanni. Trabalho flexível, vida reduzida e precarização do homem-que-trabalha: perspectivas do capitalismo global no século XXI. Trabalho e saúde: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI. São Paulo: LTr, p. 39-55, 2011.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. A Política Social no Governo Lula. Revista Novos Estudos, No70. São Paulo, 2004. Disponível em: [http://socialsciences.scielo.org/pdf/pdf/s\\_nec/v1nse/Maria\\_Herm%EDnia\\_Tavares\\_de\\_Almeida.pdf](http://socialsciences.scielo.org/pdf/pdf/s_nec/v1nse/Maria_Herm%EDnia_Tavares_de_Almeida.pdf). Último acesso em 30/05/2022.

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

AMORIM, Paulo Henrique. O quarto poder: uma outra história. Editora Hedra, São Paulo, 2015.

ANTUNES, Ricardo; POCHMANN, Marcio. A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil. Disponível: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/se/20100517090935/08antu.pdf>, v. 200, n. 7, 2007.

BANDEIRA, Leonardo Muniz, A desordem mundial: O espectro da total dominação: Guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2017.

BAUMAN, Zygmunt. Estado de crise. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2016.

BEHRING, Elaine Rossetti. As novas configurações do Estado e da Sociedade Civil no contexto da crise do capital. CFESS/ABEPSS. Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti; CISLAGHI, Juliana Fiúza; SOUZA, Giselle. Ultraneoliberalismo e bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social. In: BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F. (Org.). Políticas sociais e ultraneoliberalismo. Uberlândia: Navegando Publicações 2020. Disponível: [https://www.editoranavegando.com/files/ugd/35e7c6\\_2da984d26e504f26bff6b82e138a90ac.pdf#page=103](https://www.editoranavegando.com/files/ugd/35e7c6_2da984d26e504f26bff6b82e138a90ac.pdf#page=103). Visto 30/05/21.

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 9. ed. rev. e atual. Brasília. Conselho Federal de Serviço Social, 2011. Disponível: [Cfess.org.Arquivo](http://Cfess.org.Arquivo). Acesso em 30/05/2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil : texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

Disponível: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Último acesso em 30/05/2022.

BRASIL. DECRETO Nº 10.999, DE 17 DE MARÇO DE 2022. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Publicado em: 18/03/2022. ED.53, Seção 1 p.5. Disponível: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.999-de-17-de-marco-de-2022-386720472>. Último acesso em 30/05/22.

BRASIL. LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm).

Visto em 30/05/2022.

BEHRING, Ivanete Boschetti, Elaine Rossetti. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem?. Serviço Social & Sociedade, p. 66-83, 2021.

CARMO, Roberto Coelho. A instabilidade social reposta pela flexibilidade do trabalho. Revista Ciências do Trabalho, *São Paulo*, n. 6, p. 85-103, jun. 2016. Disponível: <https://www.dmtemdebate.com.br/a-instabilidade-social-reposta-pela-flexibilidade-do-trabalho/>

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. Código de Ética do/a Assistente Social. Lei, v. 8, p. 93, 2012.

COLETIVO CENTELHA. Ruptura. N-1, 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Anatomia do neoliberalismo. Publicado pela Revista Viento Sur No.164. Reproduzido por Revista Rebelión em 24/07/2019. Traduzido por CEPAT. Difundido pelo Instituto Humanitas UNISINOS em 25 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/591075-anatomia-do-novo-neoliberalismo-artigo-de-pierre-dardot-e-christian-laval>. Último acesso em 30/05/2022.

DRUCK, Graça. Principais indicadores da precarização social do trabalho no Brasil. CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, Rio de Janeiro, 2009.

FAGNARI, Eduardo. A política social do Governo Lula (2003-2010) perspectiva histórica. Texto para discussão IE/UNICAMP. No192, junho 2011. Acesso: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3105/TD192.pdf>. Visitado por último em 30/05/2022.

FIORI, José Luíz. O poder americano, Editora Vozes, Petrópolis, 2014.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006.

GRAZZIOTIN, VANESSA. Bolsonaro traz fome de volta ao Brasil, mesmo com grande potencial agrícola do país. Brasil de Fato. Publicado 23/02/22.

Disponível:<https://www.brasildefato.com.br/2022/02/23/bolsonaro-traz-fome-de-volta-ao-brasil-mesmo-com-grande-potencial-agricola-do-pais>. Visitado em 30/05/2022.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural: Acumulação flexível – transformação sólida ou reparo temporário*. Edições Loyola, São Paulo, 1992.

HARVEY, David. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. Marilda Villela. A questão social no capitalismo. *Revista Temporalis*, v. 3.

IBGE. Portal do Governo Brasileiro, 2022. DESEMPREGO. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Último acesso em 30/05/22.

JUDT, Tony. *O Mal ronda a Terra: Um tratado sobre as insatisfações do presente*. Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 2011.

MENDONSA, Douglas. *Gênese da política de assistência social do Governo Lula*. Tese (Doutorado em sociologia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-14012013-142845/publico/2012\\_Douglas\\_Mendosa.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-14012013-142845/publico/2012_Douglas_Mendosa.pdf). Último acesso 30/05/2022.

MELITO, Leandro. *Bolsonaro promove desmonte das políticas de combate à fome*. Brasil de Fato. Sessão Direitos Humanos. Publicado em 04/02/2020. Disponível: <https://www.brasildefato.com.br/2020/02/04/bolsonaro-promove-desmonte-das-politicas-de-seguranca-alimentar>. Último acesso em 30/05/2022.

MOTA, Ana Elizabete. *Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista*. Serviço Social, p. 51-67, 2009.

MOTA, Ana Elizabete. *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade*. Cortez Editora, 2008.

MARINI, Ruy. *Dialética da dependência*. *Germinal: Marxismo e Educação em debate*, Salvador, v.9, n.3, p.325-356, dez. 2017.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: livro I, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2014.

NERI, Marcelo; CAMARGO, José Márcio; REIS, Maurício Cortez. Mercado de trabalho nos anos 90: Fatos Estilizados e interpretações. Texto para discussão No.743. IPEA, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2288/1/TD\\_743.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2288/1/TD_743.pdf). Último acesso 30/05/2021.

NETTO, José Paulo. Assistencialismo e regressividade profissional no Serviço Social. Intervenção Social, n. 41, p. 11-35, 2013. Disponível em: <http://revistas-prod.lis.ulusiada.pt/index.php/is/article/view/1195/1306>. Acesso 30/05/2022

PAULANI, Leda. Neoliberalismo, distopias e Bolsonaro Presidente. Original da Revista Outras Palavras, publicado em: 08 de Novembro de 2018. Divulgado pelo Instituto Humanitas UNISINOS em 09 de novembro de 2018. Disponível: <https://www.ihu.unisinos.br/188-noticias/noticias-2018/584497-neoliberalismo-distopias-e-bolsonaro-presidente> visitado em 30/05/2022.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a Independência. Editora 34, 2014.

PORTO, MC da S. Estado e neoliberalismo no Brasil contemporâneo: implicações para as políticas sociais. IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. Neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as políticas públicas. UFMA. São Luís no Maranhão, 2009.

REDE PENSAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. Execução: Vox Populi. Parceria: ActionAid Brasil, Fundação Friedrich-Ebert Brasil, Instituto Ibirapitanga e Oxfam Brasil. Disponível em: <http://www.olheparaafome.com.br/>. Visto em 30/05/2022.

SANTOS, Josiane Soares. Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro. Rio de Janeiro, 2008.

SPOSATI, Aldaíza. Assistência Social: de ação individual a direito social. Revista Brasileira de Direito Constitucional, v. 10, n. 1, p. 435-458, 2007.

SANTOS, Vinícius C. Da era fordista ao desemprego estrutural da força de trabalho: mudanças na organização da produção e do trabalho e seus reflexos. Colóquio Internacional Marx e Engels, v. 6, 2009.

SENADO, AGÊNCIA. Reforma trabalhista completa um ano sob questionamentos e sem desfecho. Senado notícias. Publicado em 09/11/18. Disponível: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/11/09/reforma-trabalhista-completa-um-ano-sob-questionamentos-e-sem-desfecho>. Acesso em 30/05/2022.